

# RELATÓRIO DE PROGRESSO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA REGIÃO CENTRO



2025



#### **FICHA TÉCNICA**

**Título**

Relatório de Progresso dos  
Objetivos de Desenvolvimento  
Sustentável na Região Centro

**Editor**

Comissão de Coordenação e  
Desenvolvimento Regional do  
Centro, I. P.

**Responsável Técnico**

Unidade de Planeamento e  
Desenvolvimento Regional

**Data de Edição**

Dezembro de 2025

**[WWW.CCDRC.PT](http://WWW.CCDRC.PT)**

	<b>ERRADICAR A POBREZA</b>	Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares
	<b>ERRADICAR A FOME</b>	Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável
	<b>SAÚDE DE QUALIDADE</b>	Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades
	<b>EDUCAÇÃO DE QUALIDADE</b>	Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos
	<b>IGUALDADE DE GÉNERO</b>	Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas
	<b>ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO</b>	Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos
	<b>ENERGIAS RENOVÁVEIS E ACESSÍVEIS</b>	Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos
	<b>TRABALHO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÓMICO</b>	Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos
	<b>INDÚSTRIA INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS</b>	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
	<b>REDUZIR AS DESIGUALDADES</b>	Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países
	<b>CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS</b>	Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis
	<b>PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS</b>	Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis
	<b>AÇÃO CLIMÁTICA</b>	Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos
	<b>PROTEGER A VIDA MARINHA</b>	Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável
	<b>PROTEGER A VIDA TERRESTRE</b>	Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade
	<b>PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES</b>	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis
	<b>PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS</b>	Reforçar os meios de implementação e revitalizar a Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável



**Source:** The 2030 Agenda for Sustainable Development





# ÍNDICE

Visão geral 2025	6
Introdução	7
Agenda 2030 em 2024-2025: marcos globais, enquadramento europeu e dinâmica nacional	8
A monitorização e a implementação dos ODS no Centro	11
Notas finais	43
Acrónimos	44



## Visão geral 2025

Este relatório é a segunda publicação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, I.P. dedicada ao acompanhamento anual do progresso da Agenda 2030 na região Centro. O relatório atualiza o quadro de monitorização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da região Centro, composto por 110 indicadores estatísticos, alinhado com uma metodologia definida pelo *Joint Research Center* que garante a comparabilidade europeia, e reforçado com fontes nacionais, assegurando cobertura regular temática e territorial.

A leitura global das tendências confirma um progresso alargado. No curto prazo (últimos cinco anos), 55% dos indicadores apresentam uma tendência positiva significativa (mais 10 pontos percentuais face a 2024), 4% uma tendência positiva moderada, 18% não apresentam progresso e 23% apresentam uma tendência negativa. Observando a trajetória desde 2015, 58% dos indicadores registam uma tendência positiva significativa (mais 4 pontos percentuais face a 2024), 4% uma tendência positiva moderada, 20% sem progresso e 18% apresentam uma tendência negativa. Em síntese, verifica-se um progresso consolidado na maioria dos indicadores, coexistindo com núcleos de estagnação e trajetórias de retrocesso que exigem aceleração seletiva até 2030.

Por pilares (5Ps), o desempenho é diferenciado: Pessoas, Prosperidade e Parcerias reúnem maioritariamente tendências positivas; no Planeta observam-se ganhos, mas subsiste uma quota elevada de estagnação – característica de processos de ciclo longo; Paz permanece como o domínio mais desafiante, com predomínio de tendências negativas significativas.

No plano institucional, a governação e os mecanismos de implementação evidenciam a integração dos ODS no Programa Regional Centro 2030, nomeadamente, nos critérios de seleção dos avisos de concurso, na aplicação do princípio *Do no Significant Harm* (DNSH) como salvaguarda horizontal e na operacionalização do Fundo para a Transição Justa no Médio Tejo, bem como na dinamização de agendas regionais prioritárias como a Economia Circular e o Envelhecimento Ativo e Saudável. Destacam-se, ainda, as ações de capacitação para o desenvolvimento sustentável: sensibilização e formação para técnicos e decisores (comunidades intermunicipais/municípios e entidades setoriais regionais) e iniciativas dirigidas ao público jovem, que promovem envolvimento precoce e apropriação territorial da Agenda 2030.

Enquanto infraestrutura de apoio à decisão, salienta-se o lançamento, a 25 de setembro de 2025, assinalando o Dia Nacional da Sustentabilidade, do **novο domínio temático “ODS”** na plataforma online do sistema de monitorização e avaliação da situação da região Centro “DataCentro – Informação para a Região”, que disponibiliza os indicadores de monitorização dos ODS, mapas e documentação de acesso público para acompanhamento do progresso da Agenda 2030 na região.

Por fim, para acelerar a implementação da Agenda 2030, o relatório sublinha a necessidade de maior coerência de políticas para o desenvolvimento sustentável e foco territorial; dados abertos, fiáveis e consistentes, com desagregação por CIM/município sempre que possível; mobilização de parcerias; e um desenho de intervenções que maximizem sinergias e mitiguem *trade-offs* entre ODS.



# Introdução

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, I.P. (CCDR Centro) tem por missão implementar e articular as políticas de desenvolvimento regional, assumindo-se como uma ponte entre as agendas nacionais e europeias e a realidade local e regional. Nesse quadro, a CCDR Centro desempenha um papel determinante na incorporação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) à escala regional/local e na articulação entre níveis de governação, contribuindo para a concretização da Agenda 2030.

Este relatório dá continuidade à anterior publicação da CCDR Centro sobre a [Monitorização e Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Região Centro](#). São, assim, atualizados os indicadores usados para aferir o progresso alcançado nos últimos anos e é apresentada informação que espelha as tendências regionais e o impacto de diversas políticas públicas implementadas, permitindo analisar o progresso regional no âmbito da Agenda 2030.

O papel da CCDR Centro na implementação dos ODS pode ser decisivo, tanto na capacitação dos agentes regionais e locais, como na promoção de uma cultura de sustentabilidade que envolva toda a comunidade. Ao incentivar parcerias, qualificar atores e monitorizar o progresso dos ODS, a CCDR Centro afirma-se como motor de transformação sustentável na região.

A área de atuação da CCDR Centro abrange um território composto por 77 municípios. Importa, porém, salientar que existem domínios em que a sua intervenção é mais ampla, estendendo-se a 100 municípios, designadamente o planeamento e desenvolvimento regional e a gestão do Programa Regional do Centro 2021-2027 (Centro 2030).

Para esta publicação, considera-se, como área de abrangência da região Centro, o conjunto dos 100 municípios, organizados em oito Comunidades Intermunicipais (CIM): Beira Baixa, Beiras e Serra da Estrela, Médio Tejo, Oeste, Região de Aveiro, Região de Coimbra, Região de Leiria e Viseu Dão Lafões.

A região Centro, sendo muito diversa nos planos económico, social, ambiental e paisagístico, tem<sup>1</sup>:

- uma área de 28.199km<sup>2</sup>, correspondendo a 30,6% do território nacional;
- a população residente estimada é de 2,3 milhões, correspondendo a 21,6% da população nacional, sendo que 11,8% tem até 14 anos de idade e 27,4% tem 65 anos de idade ou mais;
- uma densidade populacional de 82,7 habitantes por km<sup>2</sup>, inferior à densidade populacional do país (116,6 hab/km<sup>2</sup>) e bastante diversa entre o interior e o litoral;
- cerca de 236 adultos com 65 anos ou mais por cada 100 jovens, sendo que o índice de longevidade da região revela ainda que 52% dos idosos têm 75 ou mais anos;
- uma taxa de crescimento efetivo da população positiva (1,35%), graças ao saldo migratório bastante positivo nos anos mais recentes, que compensa o saldo natural estruturalmente negativo;

---

1 Os dados apresentados podem ser consultados em <http://datacentro.ccdrc.pt>

- cerca de 298 mil empresas, correspondendo a 19,7% das empresas portuguesas, sendo 15,5% pertencentes ao setor secundário e 75,3% ao setor terciário; o pessoal ao serviço das empresas ronda os 826 mil, isto é, cerca de 17,4% do total nacional.

A CCDR Centro é um instituto público de regime especial, integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa, financeira e património próprio. Tem por missão:

- definir e executar as respetivas estratégias de desenvolvimento regional;
- integrar e articular territorialmente políticas públicas indispensáveis à execução das políticas de desenvolvimento regional nos domínios do ambiente, cidades, economia, cultura, educação, ordenamento do território, conservação da natureza, e agricultura e pescas;
- assegurar o planeamento e a gestão da política de coesão no âmbito dos programas regionais e dos programas de cooperação territorial europeia, enquadrados nos ciclos de programação das políticas da União Europeia, tendo em vista o desenvolvimento económico, social e cultural dos territórios que constituem as respetivas circunscrições;
- apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações.

O Programa Regional do Centro 2021-2027 (Centro 2030) é um instrumento do Portugal 2030 com aplicação exclusiva à região Centro. À CCDR Centro compete assegurar o apoio logístico, administrativo e financeiro à Autoridade de Gestão do Centro 2030, órgão responsável pela gestão, acompanhamento e execução do Programa Regional.

## Agenda 2030 em 2024-2025: marcos globais, enquadramento europeu e dinâmica nacional

No plano internacional, o ano de 2024 ficou marcado pela adoção do **Pacto para o Futuro na Cimeira do Futuro das Nações Unidas** (22 de setembro), que inclui o Pacto Digital Global e a Declaração sobre as Gerações Futuras. O pacote reforça o compromisso com a aceleração dos ODS até 2030, incluindo apelos à reforma da arquitetura financeira internacional, ao reforço dos sistemas de dados e à integração transversal dos ODS em políticas públicas e orçamentos nacionais. Estes resultados oferecem um roteiro político para os Estados-Membros reancorarem a implementação dos ODS e melhorarem a prestação de contas sobre resultados.

Na União Europeia, o último ano trouxe um sinal político estruturante: a Comissão Europeia propôs inscrever em lei o **objetivo de reduzir 90% das emissões líquidas de gases com efeitos estufa até 2040** (face a 1990), consolidando a trajetória de neutralidade climática e dando previsibilidade à transição justa, com implicações diretas no ODS 13 (Ação climática) e na coerência entre clima, energia, indústria e financiamento. A proposta assenta em avaliação de impacto e no parecer do Conselho Científico Assessor para o Clima, enquadrando também instrumentos de competitividade industrial limpa.

Em paralelo, o relatório de monitorização dos ODS da União Europeia (UE), **"Sustainable development in the European Union"**, atualizou tendências setoriais. Esta edição de 2025 refere que a União Europeia registou progressos significativos nos ODS 10 (Redução das desigualdades), ODS 8 (Trabalho digno e crescimento económico) e ODS 4 (Educação de qualidade). Observou-se



progresso moderado nos ODS 5 (Igualdade de género), ODS 12 (Produção e consumo responsáveis), ODS 9 (Indústria, inovação e infraestruturas) e ODS 2 (Fome zero). Nos ODS 1 (Erradicar a pobreza), 3 (Saúde de qualidade), 7 (Energias renováveis e acessíveis), 11 (Cidades e comunidades sustentáveis), 13 (Ação climática), 16 (Paz, justiça e instituições eficazes) e 17 (Parcerias para a implementação dos objetivos) o avanço foi mais lento e heterogéneo. Em contraste, não se verificou progresso no ODS 14 (Vida marinha) e observou-se afastamento das metas nos ODS 6 (Água potável e saneamento) e ODS 15 (Vida terrestre), penalizados por stress hídrico e degradação do solo e perda de biodiversidade. Em suma, confirma-se um padrão assimétrico, com maior fragilidade na dimensão ambiental, particularmente em água e biodiversidade, enquanto o consumo/produção responsáveis e inovação apresentam evolução positiva, ainda que a ritmos distintos.

O relatório é pensado para monitorizar o progresso da UE no seu conjunto, remetendo para o [“SDG Country Overview”](#) do Eurostat uma informação detalhada por Estado-Membro. Dentro destas limitações, há alguns marcos e sinais relevantes para Portugal que se conseguem identificar. Este relatório de monitorização dos ODS confirma para Portugal um retrato misto, em que coexistem progressos relevantes, com desafios estruturais ainda muito marcados. O país apresenta um desempenho relativamente positivo em várias dimensões ambientais, destacando-se a forte incorporação de energias renováveis no consumo final de energia, onde surge no grupo de Estados-Membros com quotas mais elevadas, contribuindo para as metas do ODS 7 (Energias renováveis e acessíveis) e para a redução da dependência de combustíveis fósseis, embora mantendo ainda uma dependência relevante de importações energéticas à semelhança da UE no seu conjunto. Também no domínio da ação climática (ODS 13), Portugal evidencia progresso e posição acima da média europeia, com emissões em queda e estratégias de redução do risco implementadas. Persistem fragilidades (pessoas afetadas por catástrofes), exigindo adaptação e prevenção contínuas. Em contraste, o acesso à habitação surge como uma das principais preocupações, já que o rácio padronizado entre preço da habitação e rendimento coloca Portugal entre os países com valores mais elevados da UE e aquele que mais agravou este indicador desde 2018, evidenciando um desfazamento crescente entre rendimentos e custo da habitação e riscos acrescidos de pressão sobre os agregados mais vulneráveis, especialmente em contexto urbano. No plano institucional, os indicadores associados ao ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes) sugerem um posicionamento intermédio: a perceção de independência do sistema de justiça em Portugal não se situa entre os melhores desempenhos, mas também não integra o grupo de maior desconfiança, e o país apresenta uma posição média no Índice de Perceção da Corrupção, acompanhando de perto a evolução global da UE nesta matéria. Em síntese, o relatório aponta para um país que tem sabido capitalizar oportunidades na transição energética, mas que enfrenta desafios sociais relevantes, com especial acuidade no domínio da habitação, e que mantém uma margem significativa para reforçar a confiança nas instituições e a qualidade da governação.

Em Portugal, destacam-se três eixos institucionais que consolidam a governação da Agenda 2030: (i) o modelo de coordenação da Agenda 2030 definido pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2023, que recentra a coordenação e acompanhamento da implementação dos ODS num núcleo do Governo e promove abordagens de todo o Governo e de toda a sociedade, envolvendo os serviços do Estado e os diversos setores (autarquias, empresas, academia e cidadãos); (ii) a operacionalização, sob liderança do PlanAPP – Centro de Planeamento e Avaliação de Políticas Públicas, de iniciativas de suporte à coordenação e acompanhamento da Agenda 2030 (capacitação, articulação interministerial e produção de evidência); e (iii) o avanço do Roteiro Nacional para

o Desenvolvimento Sustentável 2030 (RNDS 2030), cuja versão de trabalho, em 2025, estrutura prioridades, goernança e mecanismos de implementação e acompanhamento, articulando a administração central com CCDR, autarquias e REPLAN – Rede de Serviços de Planeamento e Prospetiva da Administração Pública .

No domínio estatístico e de evidência, somam-se publicações nacionais e setoriais que atualizam séries e facilitam a leitura por ODS, reforçando a base de monitorização, destacando a divulgação, pelo Instituto Nacional de Estatística, da sétima publicação anual dos [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável | Agenda 2030 - Indicadores para Portugal – 2015 – 2024](#). Segundo esta publicação, que analisa 183 indicadores para acompanhamento da evolução dos 17 ODS em Portugal, a leitura por ODS mostra que, de forma global, a maioria dos indicadores tem evoluído favoravelmente. Todavia, nos ODS 4 (Educação de qualidade), 5 (Igualdade de género), 12 (Consumo e produção responsáveis), 14 (Vida na água), 15 (Vida terrestre) e 16 (Paz, justiça e instituições eficazes), menos de 50% dos indicadores registam evolução positiva, sinalizando áreas onde o ritmo de progresso permanece aquém do desejável.

Em síntese, as orientações recentes sugerem caminhos de aceleração que passam por aproximar a execução da Agenda 2030 dos ciclos orçamentais e dos instrumentos de programação (Portugal 2030 e Plano de Recuperação e Resiliência), reforçando a focalização em resultados e em mecanismos de acompanhamento claros; por ancorar a transição climática e industrial nas metas europeias para 2040, com trajetórias setoriais previsíveis e atenção às dimensões sociais e territoriais; por aprofundar a coerência das políticas públicas, clarificando os papéis de coordenação e dos diferentes níveis de governação e estimulando a capacitação e a aprendizagem entre territórios; por adaptar o Painel de Metas ODS Global (169 metas) à realidade nacional e regional, priorizando metas estratégicas para a sustentabilidade; por consolidar uma monitorização sustentada em evidência, com dados abertos, granularidade territorial e articulação com os exercícios europeus, que permita priorizar áreas onde o progresso é mais lento; e por mobilizar de forma continuada redes e parcerias em torno dos ODS, alinhando também os processos nacionais com o Semestre Europeu. Este conjunto de vias potencia um avanço equilibrado, informado e colaborativo rumo às metas de 2030, respeitando a diversidade de atores e a pluralidade institucional envolvida.

# A monitorização e a implementação dos ODS no Centro

O êxito da implementação da Agenda 2030 exige uma abordagem coerente e articulada entre todos os níveis de governação. Acompanhar, de forma sistemática, o progresso e os efeitos dos programas e políticas regionais e nacionais é essencial para garantir uma implementação efetiva.

## Governança, capacitação e instrumentos para a Agenda 2030 na região Centro

A região Centro tem vivido, nos últimos anos, uma conjugação de dinâmicas que torna evidente a centralidade da sustentabilidade e da resiliência nas políticas públicas. Às crises exógenas somam-se desafios endógenos, do declínio demográfico ao envelhecimento populacional, da pressão sobre serviços de proximidade à necessidade de reforçar a produtividade e a coesão territorial. Estes fatores não são meros constrangimentos: são um guião para a ação. Colocam no centro das prioridades a qualidade de vida, a saúde, a igualdade de oportunidades e a capacidade de criar valor com menor intensidade de recursos, convocando os princípios que estruturam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Neste enquadramento, a CCDR Centro assumiu, desde o início da década, um compromisso sistemático com a Agenda 2030, integrando os ODS de forma estratégica e operacional nos seus principais instrumentos de planeamento e execução. A [Visão Estratégica para a Região Centro 2030](#) e a [Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Centro](#) (RIS3 do Centro) incorporam a sustentabilidade como vetor transversal, ligando inovação, transição energética e economia circular à competitividade das empresas e à coesão dos territórios. Na mesma lógica, a [Agenda de Economia Circular do Centro](#) densifica prioridades e projetos, fomentando ciclos mais curtos de materiais, a redução de consumos e a valorização de resíduos, com impactos diretos em ODS como o 12 (Produção e consumo responsáveis), o 11 (Cidades e comunidades sustentáveis) e o 13 (Ação climática).

Como Autoridade de Gestão do Programa Regional Centro 2030, integrado no Portugal 2030 e que conta com uma dotação de aproximadamente 2,2 mil milhões de euros, referentes a fundos da política de coesão para investir nas prioridades da região, a CCDR Centro fez refletir a contribuição para os ODS na própria arquitetura de seleção de operações, introduzindo, em algumas tipologias de intervenção, critérios e grelhas de apreciação que premeiam projetos com impacto mensurável na Agenda 2030. Este alinhamento é particularmente visível no novo sistema de incentivos às empresas para a economia circular, que privilegia a redução de matérias-primas virgens, a reciclagem e a reincorporação de materiais recuperados e a eco-inovação de processos e produtos. Está também patente nas áreas da formação superior, inclusão social, gestão de recursos hídricos ou gestão de resíduos, cujos avisos de concurso incluem o contributo para os ODS como critério de seleção (exemplos: Cursos TeSP, Apoio a pessoas em situação de sem-abrigo, Parcerias para a inovação social, Recuperação de passivos ambientais, Infraestruturas verdes, Mobilidade ativa, etc.).

Em domínios de transição setorial, o Fundo para a Transição Justa (FTJ) surge como instrumento determinante para o Médio Tejo, apoiando a reconversão produtiva e energética após o encerramento da Central Termoelétrica do Pego, com respostas coordenadas em qualificação,

reindustrialização limpa e revalorização territorial.

A sustentabilidade ambiental foi também instituída como princípio horizontal no Centro 2030, através do *Do no Significant Harm* (DNSH), que condiciona o desenho e a execução dos investimentos, elevando o nível de exigência na prevenção de impactos negativos significativos no ambiente e na coerência interna das intervenções. Esta opção assegura que a aceleração do investimento público e privado anda a par de salvaguardas robustas, reforçando a credibilidade e a eficácia da execução.

Para além da vertente programática, o leque de competências próprias da CCDR Centro permite alinhar agendas setoriais com a Agenda 2030 e responder a problemas estruturais com iniciativas dirigidas. O Envelhecimento Ativo e Saudável é um desses eixos: iniciativas como o Empreendedor 50+, o Prémio de Boas Práticas em Envelhecimento Ativo e Saudável e os Territórios de Longevidade mobilizam atores públicos e privados, experimentam soluções e dão escala a práticas replicáveis, com efeitos na inclusão, na saúde e na participação cívica.

Na temática da economia circular, o Pacto Institucional para a Valorização da Economia Circular na Região Centro e o Roteiro da Economia Circular densificam compromissos e tornam tangíveis as metas: mobilizam entidades da região em torno de objetivos claros, calendarizados e verificáveis; mapeiam boas práticas; e identificam constrangimentos e oportunidades de mercado. O resultado é um ecossistema que favorece a cooperação entre empresas, municípios, academia e sociedade civil, criando massa crítica para acelerar a transição e ancorar cadeias de valor mais resilientes e competitivas.

A capacitação e a mobilização de atores constituem outro pilar importante para a disseminação e apropriação do conhecimento público sobre os ODS. A CCDR Centro tem investido em sessões de sensibilização e formação, construindo linguagem comum e literacias alinhadas com os ODS.

Entre as iniciativas de capacitação e sensibilização promovidas pela CCDR Centro, destacam-se, no âmbito do projeto REGIONS2030, a sessão de capacitação realizada a 25 de setembro de 2023, Dia Nacional da Sustentabilidade, em Coimbra, organizada em parceria com o *Joint Research Centre* (JRC) sob o tema “Monitorização dos ODS na Região Centro – Desafios e oportunidades”. Esta sessão teve como objetivos sensibilizar para a importância e necessidade de cumprimento dos ODS, reforçar as competências e os conhecimentos dos participantes, apoiar o trabalho em rede e discutir os principais desafios e oportunidades associados à construção de um quadro de monitorização regional. O encontro gerou discussões enriquecedoras e um elevado nível de interesse, envolvendo departamentos da CCDR Centro, a equipa do Programa Regional Centro 2030, Instituições de Ensino Superior, Comunidades Intermunicipais e diversas entidades setoriais regionais, incluindo serviços de emprego e formação profissional, saúde, cultura, educação, entre outros. No plano da sensibilização em contexto escolar, a CCDR Centro organizou, em 2024, ações de sensibilização em escolas do 1.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário, com destaque para a sessão de capacitação promovida no Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos, dirigida a alunos do ensino secundário. Esta iniciativa teve como objetivo reforçar o conhecimento sobre os ODS e culminou numa assembleia participativa, na qual os alunos apresentaram propostas concretas sobre como cada pessoa pode, através de gestos diários, contribuir para a implementação dos ODS e para uma vida mais sustentável. Em novembro de 2024, a sessão “Os Desafios e as Oportunidades do Desenvolvimento Sustentável”, realizada em Pombal, ilustra igualmente esta linha de trabalho: reuniu técnicos e decisores das CIM e dos municípios, serviços

desconcentrados e parceiros regionais e nacionais, promovendo um debate informado e orientado para soluções.

Nessa mesma sessão, foi também apresentado o primeiro [Relatório de Monitorização e Implementação dos ODS na Região Centro](#), que se afirma como um quadro de acompanhamento próprio, concebido para ser apropriado por entidades regionais, que amplia o leque de indicadores, melhora a qualidade da informação estatística disponível e organiza a leitura territorial por domínios sociais, económicos e ambientais.

Entre as iniciativas realizadas, destaca-se também a sessão participativa “Contributo dos jovens para o desenvolvimento sustentável da Região Centro”, promovida a 7 de novembro de 2025, na CCDDR Centro, em Coimbra, que reuniu estudantes dos ensinos secundário e superior, representantes de associações de estudantes e organizações juvenis da região para debater os ODS, discutir prioridades e partilhar propostas concretas para o território. Através de dinâmicas de grupo, os participantes elegeram ODS prioritários e associaram-lhes preocupações concretas, nomeadamente a educação de qualidade (ODS 4), através da requalificação das infraestruturas e da melhoria dos equipamentos de ensino, do investimento na formação dos educadores, da promoção da aprendizagem ao longo da vida e de maior aposta na formação cívica e artística e do reforço dos incentivos e da habitação estudantil; a saúde de qualidade (ODS 3), em particular face ao envelhecimento da população e à carência de recursos humanos; a redução das desigualdades (ODS 10), com melhoria da mobilidade, maior oferta de transportes públicos e descentralização de competências que aproxime os serviços públicos dos cidadãos; a igualdade de género (ODS 5), com mais sensibilização e formação e redução das desigualdades salariais; o desenvolvimento de infraestruturas que promovam a atração de empresas e a fixação de pessoas nos territórios de baixa densidade (ODS 9); o trabalho justo e bem remunerado para os jovens (ODS 8), promovendo mais oportunidades de trabalho e melhores salários; a ação climática (ODS 13), através de maior consciencialização ambiental; e o combate à pobreza (ODS 1), mediante uma distribuição mais equilibrada de recursos e um reforço das políticas sociais. As ideias, preocupações, exemplos e propostas deixadas pelos jovens foram registadas, constituindo um retrato qualificado das suas expectativas e inquietações e reforçando a importância de manter canais de escuta ativa e participação informada no acompanhamento dos ODS na região Centro.

Em 25 de setembro de 2025, assinalando o Dia Nacional da Sustentabilidade, a CCDDR Centro lançou na plataforma DataCentro - Informação para a Região, [o novo domínio de informação “ODS”](#), tornando público e permanentemente acessível o quadro regional de acompanhamento e monitorização dos ODS na região Centro, composto por 110 indicadores estatísticos. Esta área reúne séries atualizadas e documentação de suporte, permitindo acompanhar de forma sistemática o progresso da região Centro face à Agenda 2030 e facilitando a apropriação dos dados por municípios, CIM, academia, empresas e cidadãos. A atualização regular deste domínio reforça a literacia de dados e sustenta políticas públicas mais informadas, colaborativas e orientadas para resultados.

A monitorização deixou, assim, de ser apenas um exercício de reporte para se tornar numa infraestrutura de decisão. Ao cruzar séries temporais, granularidade sub-regional e metas, a CCDDR Centro consegue identificar assimetrias, orientar recursos e avaliar a eficácia das políticas públicas. A articulação com o [Pilar Europeu dos Direitos Sociais](#) e com o [Barómetro Centro de Portugal](#), instrumentos que também integram o sistema de monitorização da região Centro,

acrescenta uma dimensão operacional relevante: permite ler de forma integrada emprego, qualificações, proteção social, cuidados e acesso a serviços essenciais, reforçando a coerência entre políticas de coesão, inclusão e competitividade.

Este esforço foi potenciado pela participação da região Centro no projeto europeu REGIONS2030, que trouxe metodologias, *benchmarking* e *peer-learning* com outras regiões europeias, facilitando o desenho de indicadores, a validação de metodologias e a calibração de instrumentos. Mais recentemente, a participação no projeto 2030CATALYSTS, que visa melhorar a monitorização e a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e formular recomendações de política para acelerar a concretização da Agenda 2030 na Europa, reforçará a capacidade de experimentar soluções, de evoluir ferramentas de monitorização e consolidar comunidades de prática dentro e fora da administração pública. Estes consórcios europeus não são acessórios, funcionam como laboratórios colaborativos que aceleram a passagem de boas ideias a políticas efetivas.

Importa ainda sublinhar que monitorizar é adaptar. A diversidade socioeconómica e ambiental da região Centro obriga a leituras finas e a respostas moduladas, tanto no desenho de políticas como na sua implementação. Ao seguir a evolução das necessidades sub-regionais, é possível ajustar instrumentos, de incentivos a infraestruturas sociais, e calibrar escalas, prazos e condicionalidades. Complementarmente, a monitorização abre espaço à participação informada ao disponibilizar dados e narrativas compreensíveis, envolve escolas, associações, empresas e cidadãos, e estimula um escrutínio construtivo que melhora a qualidade das decisões.

Do ponto de vista da governação multinível, a experiência recente reforça três lições: (i) a importância de ligar cada intervenção a objetivos claros de ODS, com métricas de resultado e de impacto; (ii) a necessidade de fazer da coerência de políticas uma prática quotidiana, articulando agendas de território, ambiente, economia, cidade, educação e cultura; e (iii) a relevância de parcerias duradouras entre Estado, autarquias, academia, empresas e sociedade civil, que assegurem continuidade para lá dos ciclos políticos e orçamentais. Esta é a base para que a Agenda 2030 deixe de ser uma lista de intenções e passe a ser uma gramática de decisão, traduzida em contratos de execução, em critérios de seleção e em mecanismos de avaliação acessíveis e comparáveis.

Em síntese, a atuação recente da CCDR Centro mostra uma trajetória consistente de integração dos ODS: do planeamento estratégico à seleção de projetos, dos incentivos à capacitação, do acompanhamento estatístico à experimentação europeia, passando por agendas temáticas como a economia circular e o envelhecimento ativo e saudável. Ao mesmo tempo, sublinha que ninguém, nem lugar algum, deve ficar para trás: a leitura regular das disparidades e a focalização de recursos em territórios e grupos mais vulneráveis são condição de eficácia e justiça. Este é o ponto de partida para a segunda parte desta publicação, dedicada à monitorização, onde se atualizam dados, tendências e evidências que sustentam a avaliação do progresso rumo à Agenda 2030 na região Centro.

## A MONITORIZAÇÃO DOS ODS NA REGIÃO CENTRO







A CCDR Centro integrou, como região-piloto, o projeto europeu *REGIONS2030: Monitoring the SDGs in EU regions – filling the data gaps*, financiado pelo Parlamento Europeu, em 2023, com o objetivo de reforçar as capacidades de monitorização dos ODS e alinhar práticas com as melhores metodologias internacionais. A iniciativa, envolvendo 10 regiões europeias, articulou a monitorização dos ODS com o desenho de políticas públicas e o desenvolvimento regional sustentável, trabalhando com peritos e instituições nacionais para desenvolver, testar e aprimorar um quadro de indicadores ao nível regional (NUTS II). No caso da região Centro, este percurso contou com colaboração estreita com o Instituto Nacional de Estatística e uma perita nacional, abrangeu todos os ODS e grande parte das 169 metas, e incorporou indicadores adicionais adaptados às características e prioridades regionais. Este trabalho fundamenta o quadro de monitorização, hoje atualizado e disponibilizado publicamente na plataforma DataCentro – Informação para a Região.

Tomando como referência o enquadramento metodológico do *Joint Research Centre* (JRC), adotado no relatório “Monitorização dos ODS na Região Centro”, procedeu-se à atualização de um conjunto amplo de indicadores que cobre temas e áreas de maior relevância para a região Centro, constituindo o quadro que a CCDR Centro acompanhará de forma regular. O desenho deste sistema privilegiou a qualidade, fiabilidade e comparabilidade, articulando dois princípios: alinhar com práticas europeias, priorizando indicadores e fontes recomendadas pelo JRC, e, sempre que existam dados nacionais mais recentes ou robustos, optar por essas séries. Para assegurar cobertura temática e territorial, o Instituto Nacional de Estatística (INE) foi a fonte principal, complementada por informações da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), Direção-Geral de Política do Mar (DGPM), Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ), Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social / Gabinete de Estratégia e Planeamento (MTSSS/ GEP), Ministério da Administração Interna (MAI), Agência Europeia do Ambiente (AEA) e Instituto dos Registos e do Notariado (IRN), bem como apuramentos específicos do Instituto Nacional de Estatística (INE), da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) e da Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG); consideraram-se ainda bases recomendadas pelo JRC, incluindo trabalhos da Universidade de Gotemburgo e dados regionais da OCDE.

O resultado é um quadro com 110 indicadores, apto a identificar tendências e assimetrias, e a sustentar decisões baseadas em evidência.

Para facilitar a leitura, aplica-se um sistema visual que distingue indicadores com e sem meta quantitativa, classifica o progresso em categorias análogas e assinala os casos em que a avaliação não é possível por insuficiência de dados; segue-se a legenda respetiva e, depois, o quadro de monitorização atualizado.

**Figura 1. Legenda de progresso dos indicadores**

	<b>Sem meta quantitativa</b>	Progresso significativo na direção desejada (maior que 1% ao ano) ou máximo alcançado
	<b>Com meta quantitativa</b>	Progresso significativo na direção da meta 2030 (rácio da taxa de crescimento atual e desejada $\geq 95\%$ ) ou meta alcançada
	<b>Sem meta quantitativa</b>	Progresso moderado na direção desejada (menos de 1% ao ano)
	<b>Com meta quantitativa</b>	Progresso moderado na direção da meta 2030 (rácio da taxa de crescimento atual e desejada $>60\%$ )
	<b>Sem meta quantitativa</b>	Sem progresso ou alterações insignificantes (entre 0,5% e -0,5%)
	<b>Com meta quantitativa</b>	Progresso insuficiente na direção da meta 2030 (rácio da taxa de crescimento atual e desejada entre 0% e 60%)
	<b>Sem meta quantitativa</b>	Alteração moderada no sentido contrário da direção desejada (menos de 1% ao ano)
	<b>Com meta quantitativa</b>	Alteração moderada no sentido contrário da meta 2030 (rácio da taxa de crescimento atual e desejada entre 0% e -60%)
	<b>Sem meta quantitativa</b>	Alteração significativa no sentido contrário da direção desejada (maior que 1% ao ano)
	<b>Com meta quantitativa</b>	Alteração significativa no sentido contrário da meta 2030 (rácio da taxa de crescimento atual e desejada $>-60\%$ )
	<b>Sem avaliação</b> (séries demasiado curtas ou irregulares)	

Fonte: CCDR Centro



**Figura 2. Quadro de monitorização dos ODS na região Centro**

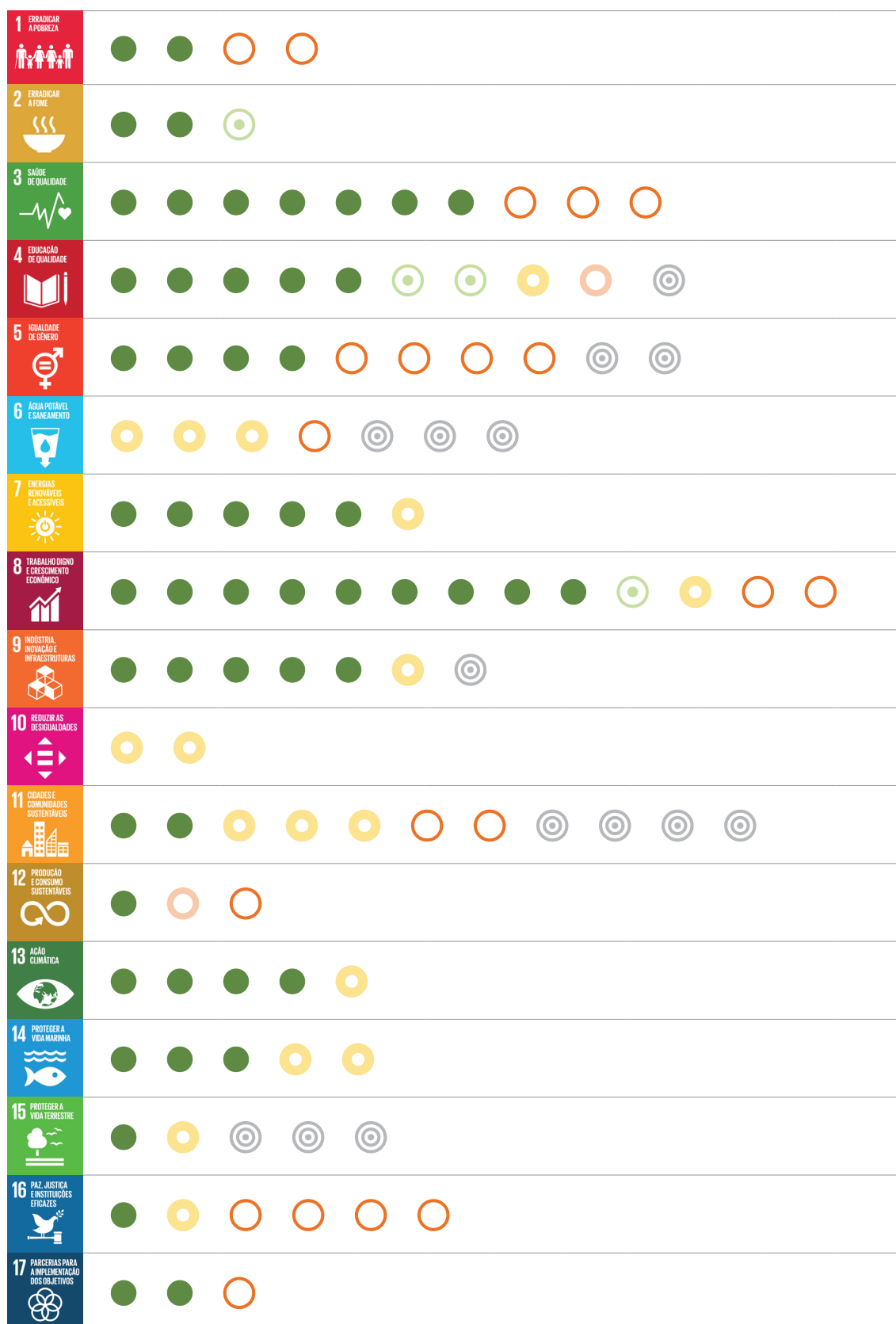
ODS	Meta(s)	Indicador	Fonte dados	Cobertura	Último ano disponível	Último valor disponível	Tendências		
							CP-5 anos	desde 2015	LP
1	1.1 (pobreza extrema)	Taxa de privação material e social severa (%)	INE	NUTSII	2024	3,4	●	🎯	🎯
	1.2 (reduzir pobreza)	Proporção da população residente com menos de 65 anos de idade que vive em agregados com intensidade laboral per capita muito reduzida (%)	INE	NUTSII	2023	4,8	○	🎯	🎯
		Proporção da população residente em risco de pobreza ou exclusão social (%)	INE	NUTSII	2024	19,1	●	🎯	🎯
	1.4 (acesso a serviços básicos)	Taxa de sobrecarga das despesas em habitação (%)	INE	NUTSII	2024	5,4	○	🎯	🎯
2	2.2 (acabar com malnutrição)	Proporção da população residente com 18 e mais anos com excesso de peso ou obesidade (%)	INE	NUTSII	2019	54	🕒	🎯	🎯
	2.3 (produtividade agrícola)	Produtividade (valor acrescentado bruto por trabalhador na agricultura, floresta e pescas (€/per capita)	INE	NUTSII	2023	40 996	●	●	●
	2.4 (produção alimentar sustentável)	Proporção da superfície agrícola em agricultura biológica (%)	INE	NUTSII	2023	13,6	●	●	●
3	3.2 (mortes evitáveis de recém-nascidos)	Taxa de mortalidade infantil (‰)	INE	NUTSIII	2023	2,1	●	●	●
	3.3 (epidemias e doenças)	Mortes devido a doenças transmissíveis por 100.000 habitantes (N.º)	INE	NUTSII	2022	104,7 (inclui covid)	○	○	○
	3.4 (doenças não transmissíveis)	Taxa de mortalidade por lesões autoprovocadas intencionalmente (suicídio) por 100. 000 habitantes (N.º)	INE	NUTSII	2022	10,6	○	●	🕒
	3.5 (abuso de substâncias)	Proporção da população residente com 15 e mais anos que consome diariamente bebidas alcoólicas (%)	INE	NUTSII	2019	21,0	●	🎯	🎯
		Proporção da população residente com 15 e mais anos que fuma diariamente (%)	INE	NUTSII	2019	12,1	●	🎯	🎯
	3.8 (cobertura universal de saúde)	Camas dos hospitais por 100 000 habitantes (N.º)	INE	NUTSII	2023	293,4	○	🕒	🕒
	3.c (financiamento e recrutamento na saúde)	Médicas/os por 1.000 habitantes (N.º)	INE	Municipal	2023	5,5	●	●	●
		Enfermeiras/os por 1.000 habitantes (N.º)	INE	Municipal	2023	8	●	●	●
		Profissionais de farmácia por 1.000 habitantes (N.º)	INE	NUTSIII	2021	2,1	●	●	●
		Médicas/os dentistas por 1.000 habitantes (N.º)	INE	NUTSIII	2023	0,98	●	●	●
4	4.1 (educação primária e secundária)	Taxas de participação do pré-escolar ao ensino superior (%)	Eurostat	NUTSII	2022	18,2	🕒	🕒	○
	4.2 (acesso à educação na primeira infância)	Taxa bruta de pré-escolarização (%)	DGEEC	Municipal	2022/2023	103,5	●	●	●
	4.3 (acesso à formação profissional e educação superior)	Alunas/os inscritas/os no ensino superior (N.º)	DGEEC	NUTSIII	2024/2025	93 590	●	●	🕒
		Taxa de participação em educação (%) (20 a 24 anos)	Eurostat	NUTSII	2020	38,7	🕒	🕒	🕒
		Proporção de alunos matriculados em cursos profissionais no ensino secundário (%)	Eurostat	NUTSII	2022	40,4	○	○	○
		Aprendizagem ao longo de vida (%)	INE	NUTSII	2024	16,7	🕒	🕒	🕒
	4.4 (formação profissional e competências técnicas)	Proporção de indivíduos com idade entre 16 e 74 anos com competências digitais ao nível básico ou acima de básico (%)	INE	NUTSII	2023	54,5	🎯	🎯	🎯
	4.5 (disparidades na educação), 4.6 (literacia de jovens e adultos)	Taxa de escolaridade do nível de ensino superior da população residente com idade entre 30 e 34 anos (%)	INE	NUTSII	2024	38,8	●	●	●
	4.5 (disparidades na educação), 4.6 (literacia de jovens e adultos)	Proporção de mulheres com idade entre 25 e 34 anos com ensino superior (%)	INE	NUTSII	2024	51,9	●	●	●
	4.6 (literacia de jovens e adultos)	Taxa de abandono precoce de educação e formação (%)	INE	NUTSII	2023	8,4	●	●	●

ODS	Meta(s)	Indicador	Fonte dados	Cobertura	Último ano disponível	Último valor disponível	Tendências		
							CP-5 anos	desde 2015	LP
5	5.1 (discriminação de género)	Índice de realização feminino	Comissão Europeia	NUTSII	2021	53,6			
		Índice de desvantagem feminino	Comissão Europeia	NUTSII	2021	32,4			
		Disparidade no ganho médio mensal entre homens e mulheres empregados por conta de outrem (%)	MTSSS/GEP	Municipal	2022	10,2			
	5.2 (violência de género)	Mulheres vítimas de homicídio em contexto de relação de intimidade atual/anterior (Nº trienal por 100.000 mulheres)	APAV	Municipal	2021	0,32			
		Proporção de mulheres vítimas de violência doméstica pelo parceiro no total de mulheres com 15+ anos (‰)	DGPJ	Municipal	2024	4,6			
	5.4 (trabalho não remunerado)	Proporção de mulheres inativas devido às responsabilidades domésticas no total da população inativa (%)	INE	NUTSII	2024	6,2			
		Disparidade de género no trabalho a tempo parcial (pp)	INE	NUTSII	2024	4,6			
	5.5 (participação e liderança das mulheres)	Proporção de mulheres nos recursos humanos de I&D (%)	DGEEC	NUTSII	2023	40,6			
		Proporção de mulheres eleitas nas autarquias locais (%)	MAI	Municipal	2021	32,3			
		Disparidade de género em posições de liderança (pp)	INE	NUTSII	2023	1,8			
6	6.1 (acesso universal à água)	Proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água (%)	INE/ERSAR	Municipal	2022	98,0			
		Água segura (%)	ERSAR	Municipal	2023	98,9			
	6.3 (qualidade da água)	Proporção da superfície das massas de água superficiais com qualidade inferior a bom (%)	APA	Municipal	2024	62,1			
		Proporção de massas de água subterrâneas com qualidade inferior a bom (%)	APA	NUTSII	2024	35,0			
		Proporção de alojamentos servidos por tratamento de águas residuais (%)	INE/ERSAR	Municipal	2021	79,0			
	6.4 (escassez de água)	Água distribuída por habitante ( m³/ hab)	INE	Municipal	2022	61,8			
	6.6 (ecossistemas da água)	Zonas húmidas de interesse internacional (ha)	INE	Municipal	2023	10 029			
7	7.1 (acesso a energia)	Proporção da população residente sem capacidade económica para manter a casa adequadamente aquecida (%)	INE	NUTSII	2024	14,1			
		Proporção de beneficiários da Tarifa Social de Energia (eletricidade) face à população residente (%)	DGEG	Municipal	2024	7,7			
	7.2 (energia renovável)	Proporção de energias limpas na produção de energia (%)	DGEG	NUTSII	2023	56,4			
		Percentagem de energias renováveis no consumo final de energia elétrica (%)	INE	NUTSII	2023	71,9			
		Proporção de energias renováveis na produção de eletricidade (total) (%)	DGEG	NUTSII	2023	70,5			
	7.3 (eficiência energética)	Intensidade energética da economia em energia final (tep/ €)	INE	NUTSIII	2022	123,1			

ODS	Meta(s)	Indicador	Fonte dados	Cobertura	Último ano disponível	Último valor disponível	Tendências		
							CP-5 anos	desde 2015	LP
8	8.1 (crescimento económico)	Produto interno bruto a preços correntes (milhões de €)	INE	NUTSIII	2023	48 032	●	●	●
	8.3 (criação de emprego)	Nascimentos de Empresas no total das empresas da região (%)	INE	Municipal	2023	14,2	●	●	●
		Taxa de sobrevivência das Empresas nascidas 2 anos antes (%)	INE	NUTSII	2023	58,3	●	●	●
	8.5 (emprego pleno e produtivo)	Taxa de atividade da população residente com idade entre 16 e 64 anos (%)	INE	NUTSII	2024	78,5	●	●	●
		Taxa de desemprego (%)	INE	NUTSII	2024	6,0	●	●	●
		Taxa de desemprego de longa duração (%)	Eurostat	NUTSII	2024	1,9	●	●	●
		Taxa de desemprego jovem (16-24 anos)(%)	INE	NUTSII	2024	23,0	●	●	●
		Taxa de desemprego dos trabalhadores mais velhos (45+ anos)(%)	INE	NUTSII	2024	3,8	●	●	●
		Ganho médio mensal (€)	MTSSS/GEP	Municipal	2022	1204	●	●	●
		Taxa de risco de pobreza (após transferências sociais) da população empregada com 18+ anos (%)	INE	NUTSII	2023	8,6	●	●	●
	8.6 (jovens 'neet')	Taxa de jovens com idade entre 16 e 34 anos não empregados que não estão em educação ou formação (%)	INE	NUTSII	2024	8,5	●	●	●
	8.8 (ambientes de trabalho seguros)	Acidentes de trabalho por 100.000 empregados (N.º)	MTSSS/GEP	NUTSIII	2023	4 267	●	●	●
	8.10 (acesso bancário)	Agências bancárias por 100.000 hab (N.º)	INE	NUTSII	2022	29	●	●	●
9	9.2 (industrialização sustentável)	Proporção do valor acrescentado bruto do setor da Indústria no total da região (%)	INE	NUTSII	2022	25,2	●	●	●
	9.4 (tecnologia limpa e eficiente)	Emissões CO <sub>2</sub> indústria por VAB indústria (Kg/€)	APA	NUTSII	2019	0,56	●	●	●
	9.5 (promover inovação)	Despesa em I&D (milhões de €)	Eurostat	NUTSII	2023	819,5	●	●	●
		Pessoal ao serviço a tempo completo em atividades I&D (N.º)	Eurostat	NUTSII	2023	14 578	●	●	●
		Pessoal ao serviço em indústria transformadora de alta e média-alta tecnologia no total do pessoal ao serviço na indústria transformadora (%)	INE	NUTSIII	2023	16,59	●	●	●
		Pedidos de patentes de invenções realizados por residentes por milhão de habitantes (N.º)	INPIC	NUTSII	2023	109	●	●	●
	9.c (acesso tecnologia de informação e comunicação e internet)	Proporção de agregados domésticos privados com pelo menos um indivíduo com idade entre 16 e 74 anos e com ligação à Internet em casa através de banda larga (%)	INE	NUTSII	2024	85,1	●	●	●
10	10.4 (maior igualdade)	Coefficiente de Gini do rendimento monetário líquido por adulto equivalente (%)	INE	NUTSII	2023	29,8	●	●	●
		Desigualdade na distribuição de rendimento S80/S20 (N.º)	INE	NUTSII	2023	4,6	●	●	●
11	11.1 (acesso à habitação)	Carga mediana das despesas em habitação (%)	INE	NUTSII	2024	10,8	●	●	●
		Taxa de sobrelotação da habitação (%)	INE	NUTSII	2024	6,0	●	●	●
	11.2 (acesso a transportes)	Índice de acessibilidade diária	Comissão Europeia	NUTSII	2020	14,4	●	●	●
		Densidade das linhas ferroviárias em operação por 1000km2	INE	NUTSII	2024	33,4	●	●	●
		Vítimas de acidentes rodoviários (N.º)	INE	NUTSII	2023	10 865	●	●	●
	11.3 (urbanização sustentável)	Evolução da eficiência dos territórios artificializados por habitante (%)	INE	Municipal	2018	-8,4	●	●	●
	11.5 (pessoas afetadas por desastres)	Nº de mortes diretamente resultantes de desastres naturais, por 100.000 habitantes (N.º)	ANEPC	NUTSII	2022	0,35	●	●	●
		Nº de feridos/as diretamente resultantes de desastres naturais, por 100.000 habitantes (N.º)	ANEPC	NUTSII	2022	11,5	●	●	●
	11.6 (impacto ambiental)	Emissões de PM2.5 (kton)	APA	Municipal	2023	16,0	●	●	●
		Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/ hab.)	INE	Municipal	2023	445	●	●	●
		Proporção de resíduos urbanos recolhidos selectivamente (%)	INE	Municipal	2023	18	●	●	●

ODS	Meta(s)	Indicador	Fonte dados	Cobertura	Último ano disponível	Último valor disponível	Tendências		
							CP-5 anos	desde 2015	LP
12	12.2 (gestão de recursos naturais)	Pegada de Carbono - Gases com efeito de estufa face à população residente (tCO <sub>2</sub> e per capita)	APA	Municipal	2023	5,4	●	●	🎯
	12.4 (gestão de resíduos químicos)	Resíduos perigosos (toneladas)	EEA	Municipal	2023	87 562	○	○	○
	12.5 (gestão de resíduos)	Proporção de resíduos urbanos preparados para reutilização e reciclagem (%)	INE	Municipal	2023	44,7	○	○	●
13	13.2 (medidas para alterações climáticas)	Emissões de PM10 (kton)	APA	Municipal	2023	22,1	●	●	🎯
		Emissões de CO <sub>2</sub> (kton)	APA	Municipal	2023	8 948	●	●	🎯
		Emissões de gases com efeito de estufa (com fontes naturais)(kton eqCO <sub>2</sub> )	APA	Municipal	2023	12 411	●	●	🎯
		Índice de graus-dia de arrefecimento	Eurostat	NUTSII	2024	1 043	●	🎯	●
		Índice de graus-dia de aquecimento	Eurostat	NUTSII	2024	172	●	🎯	●
14	14.1 (reduzir poluição marítima)	Águas balneares transicionais (estuários) de qualidade boa ou excelente (%)	APA - SNIRH	Municipal	2023	100	●	●	●
	14.5 (zonas costeiras e marinhas)	Proporção de área costeira protegida no total da área costeira (%)	ICNF	NUTSII	2023	5,4	●	●	●
		Proporção de águas balneares costeiras de qualidade boa ou excelente (%)	APA - SNIRH	Municipal	2023	97,4	●	●	🎯
	14.7 (economia azul)	Valor acrescentado bruto da economia do mar (milhões de €)	INE	NUTSIII	2023	489,5	●	●	●
	14.a (investigação em tecnologia marítima)	Despesa em I&D relativa à economia do mar (milhões de €)	DGPM	NUTSII	2021	16,2	●	●	●
15	15.1 (recuperação de ecossistemas)	Abandono de terras (ha)	Comissão Europeia	NUTSII	2020	7 618	🎯	🎯	🎯
		Área florestal no total da superfície territorial (%)	INE	Municipal	2018	50,1	🎯	●	●
	15.2 (gestão de florestas)	Superfície ardida média por incêndio rural (ha)	ICNF	Municipal	2023	6,1	●	○	●
	15.5 (degradação de habitats)	Proporção de superfície das áreas protegidas (%)	ICNF	Municipal	2023	7,1	●	●	●
		Erosão do solo estimada por hectare (ton/ha)	Comissão Europeia	NUTSII	2016	2,9	🎯	🎯	🎯
16	16.1 (reduzir violência)	Taxa de criminalidade(‰)	DGPJ	Municipal	2024	27,2	○	●	●
	16.3 (acesso igual justiça para todos)	Duração média dos processos findos nos tribunais (comarcas Coimbra, Aveiro, Leiria, Castelo Branco, Guarda, Viseu) (meses)	DGPJ	Comarca	2024	11,8	●	●	●
	16.5 (reduzir corrupção)	Dimensão da corrupção do Índice de Qualidade do Governo	Universidade Gotemburgo	NUTSII	2024	-0,32	○	🎯	○
		Crimes registados como corrupção cometidos no exercício de funções públicas (média dos últimos 3 anos) (N.º)	DGPJ	Municipal	2024	8,3	○	●	●
	16.6 (instituições eficazes)	Taxa de abstenção nas eleições locais (%)	MAI	Municipal	2021	43,8	●	🎯	○
		Índice de Qualidade do Governo	Universidade Gotemburgo	NUTSII	2024	0,06	○	🎯	●
17	17.6 (cooperação regional e internacional)	Proporção de co-patentes com regiões estrangeiras no total das co-patentes (%)	OCDE	NUTSIII	2015	61,4	○	🎯	●
	17.8 (facilitar tecnologia)	Proporção de indivíduos que usam internet para interação com organismos da administração pública (%)	Eurostat	NUTSII	2021	48,6	●	●	●
	17.12 (importações de países em desenvolvimento)	Proporção das importações de bens de países em desenvolvimento (%)	INE	NUTSII	2024	14,8	●	🎯	🎯

**Figura 3. Evolução dos indicadores de monitorização dos ODS na região Centro nos últimos 5 anos**



Fonte: CCDD Centro

A leitura destes indicadores deve ser feita à luz das especificidades demográficas, socioeconómicas, ambientais e institucionais da região Centro, sob pena de conclusões enviesadas. Importa considerar desafios transversais, mudanças de comportamentos, necessidade de cooperação em rede e alinhamento de políticas, e enquadrá-los nos grandes choques e tendências recentes, como a crise climática, a instabilidade financeira, a pandemia, a guerra, os movimentos migratórios, a diversidade intra-regional e o envelhecimento populacional acentuado. Requer-se, por isso, uma perspetiva sistémica que valorize sinergias e reconheça compensações entre ODS, evitando leituras lineares, cumulativas ou isoladas dos indicadores.

Em termos setoriais, a leitura por ODS na região Centro indica avanços relevantes nos ODS 2 (Erradicar a fome), ODS 3 (Saúde), ODS 7 (Energia limpa), ODS 8 (Trabalho digno e crescimento), ODS 9 (Indústria, inovação e infraestruturas) e ODS 17 (Parcerias), onde se observa consolidação de resultados e capacidade de mobilização.

Nos ODS 1 (Pobreza), ODS 4 (Educação de qualidade), ODS 5 (Igualdade de género) e ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis) a evolução é mais heterogénea, combinando ganhos (redução do risco de pobreza/privação e melhorias em prestações sociais; maior participação/qualificações; avanços/reforço em proteção contra violência e em conciliação entre vida profissional e familiar; serviços e mobilidade) com áreas de menor dinamismo (resultados de aprendizagem; assimetrias salariais e sub-representação em decisão; acessibilidade à habitação e adaptação climática).

Nos objetivos ambientais, ODS 6 (Água e saneamento), ODS 12 (Consumo e produção responsáveis), ODS 14 (Vida na água) e ODS 15 (Vida terrestre), predomina um ritmo mais lento, marcado por estagnações típicas de processos de ciclo longo que requerem continuidade programada e execução plurianual. Também o ODS 10 (Reduzir as desigualdades) denota alguma estagnação. O ODS 13 (Ação climática) destaca-se com vários indicadores em progresso, embora careçam de consolidação.

O ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes) permanece o mais exigente, pedindo respostas interinstitucionais e melhoria de registos e serviços de proximidade. Em síntese, consolida-se uma base positiva em vários objetivos, coexistindo com domínios que exigem reforço de políticas e execução diferenciada no terreno.

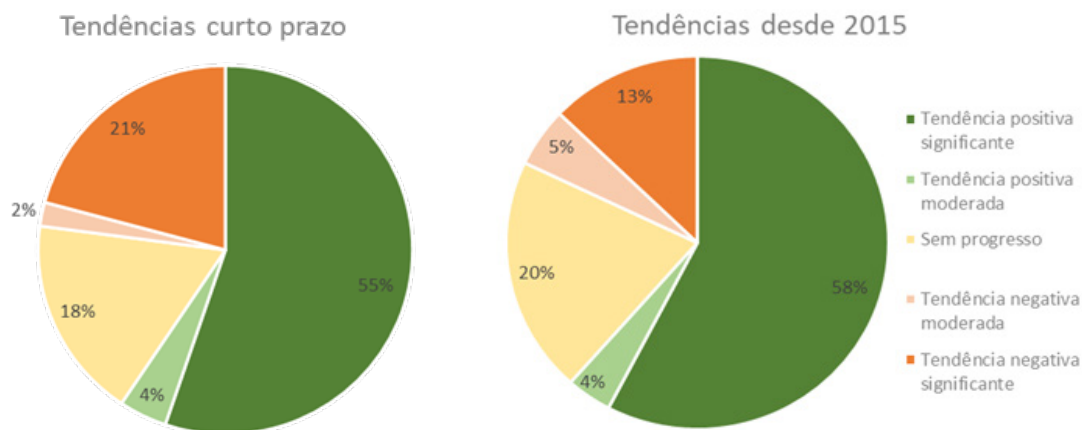
Dos 110 indicadores recolhidos e que garantem a abrangência desta ferramenta de monitorização dos ODS, as tendências a curto prazo (com base nos últimos cinco anos) podem ser calculadas para 96 indicadores, enquanto as tendências desde 2015 só podem ser calculadas para 78 indicadores devido à indisponibilidade de dados.

As tendências que a seguir se apresentam, foram calculadas utilizando a metodologia do Eurostat no seu relatório *"Sustainable development in the European Union"*<sup>2</sup>, com adaptações para incluir tendências com progressos nulos ou limitados.

---

2 Eurostat (2025), Sustainable development in the European Union - Monitoring report on progress towards the SDGs in an EU context, Publication Office of the European Union, Luxembourg.

**Figura 4. Tendências de curto prazo e tendências desde 2015**



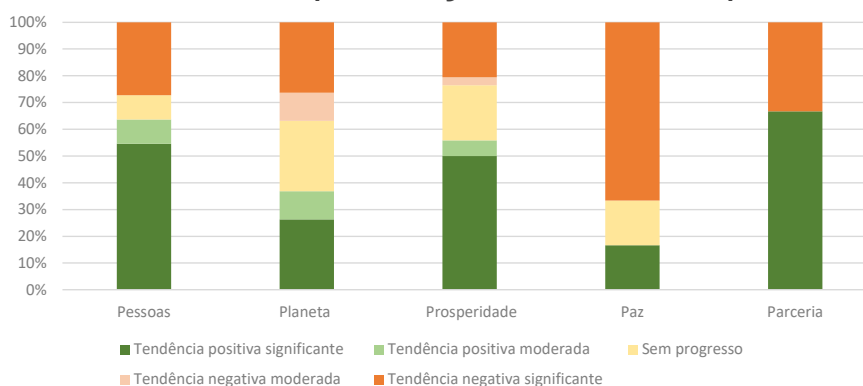
A leitura conjunta das séries mostra um quadro maioritariamente favorável: no curto prazo, 55% dos indicadores apresentam tendência positiva significativa (mais 4% positiva moderada), enquanto 18% permanecem sem progresso e 23% evidenciam deterioração (2% moderada e 21% significativa). Observando a trajetória desde 2015, o sinal é ainda mais robusto, com 58% de tendências positivas significativas (e 4% moderadas), face a 20% de estagnação e 18% de tendências negativas (5% moderadas; 13% significativas).

Comparando com o retrato do ano anterior, as diferenças são expressivas: no curto prazo, a fatia de tendências positivas significativas subiu de 45% para 55% (+10 pontos percentuais), destacando-se o forte contributo do ODS 7 (Energia limpa), a positiva moderada desceu de 8% para 4% (-4 pontos percentuais), a estagnação manteve-se próxima (de 17% para 18%), e o conjunto de tendências negativas reduziu-se de 30% (27% + 3%) para 23% (21% + 2%) (-7 pontos percentuais).

Desde 2015, as positivas significativas reforçaram-se de 54% para 58% (+4 pontos percentuais) e as positivas moderadas de 1% para 4% (+3 pontos percentuais), enquanto a estagnação caiu de 28% para 20% (-8 pontos percentuais); as negativas mantiveram-se praticamente estáveis (17% para 18%, +1 ponto percentual). Em síntese, o progresso alargou-se e consolidou-se, ao mesmo tempo que se reduz o conjunto de indicadores em retrocesso.

As tendências não se distribuem de forma homogênea pelas áreas temáticas identificadas como 5Ps: Pessoas (ODS 1 a 5), Planeta (ODS 6 e 12 a 15), Prosperidade (ODS 7 a 11), Paz (ODS 16) e Parcerias (ODS 17). O gráfico seguinte evidencia estas diferenças entre domínios.

**Figura 5. Tendências de curto prazo na região Centro distribuídas pelos 5Ps dos ODS**



Fonte: CCDR Centro



As tendências por 5Ps evidenciam padrões distintos. Os ODS ligados às Pessoas, Prosperidade e Parceria mantêm-se como os blocos mais robustos, com maioria de tendências positivas significativas (entre 60 a 70%), apesar de ainda subsistirem frações negativas, sobretudo em Pessoas e, de forma estrutural, em Parceria (núcleo residual, mas persistente). Nos ODS do Planeta, a tendência positiva significativa aproxima-se de metade do total, mas subsiste uma quota elevada de estagnação, típica de domínios de ciclo longo (clima, biodiversidade, recursos), o que aconselha a leituras em horizontes plurianuais. Os ODS da Paz permanecem o eixo mais desafiante, com predomínio de tendências negativas significativas, ainda que se observe ligeira melhoria face ao ano anterior (aumento da positiva e redução do “sem progresso”).

Face a 2024, salientam-se três diferenças relevantes: (i) reforço da Prosperidade (acréscimo visível de tendências positivas significativas e retração das negativas); (ii) melhoria expressiva no Planeta, com subida das positivas e descida das negativas, embora a estagnação continue acima da média; e (iii) na Paz, um avanço modesto que não altera o diagnóstico de risco. Em síntese, o desempenho regional aprofundou-se onde já era mais forte (Pessoas, Prosperidade, Parceria), ganhou tração no Planeta e continua a exigir respostas estruturais e de longo curso na Paz.

A interpretação das tendências deve reconhecer a interdependência entre ODS em que intervenções num objetivo podem potenciar resultados noutros (sinergias) ou, em certos contextos, criar compensações (*trade-offs*). Por isso, importa adotar uma leitura sistémica que valorize coerência de políticas, sequenciação adequada das medidas e salvaguardas que minimizem impactos indesejados. Alguns ODS funcionam, aliás, como multiplicadores de interações, pela sua natureza transversal, geram efeitos indiretos significativos sobre vários domínios (exemplo: qualificação e educação, energia limpa e eficiência, instituições eficazes, parcerias). Orientar a ação pública e coletiva por estas ligações, maximizando sinergias e mitigando *trade-offs*, é condição para um progresso equilibrado nas dimensões social, económica e ambiental da sustentabilidade.

Globalmente, a região Centro evidencia uma maioria de tendências positivas, tanto no curto prazo, como no horizonte desde 2015, sinal de consolidação estrutural do progresso. No entanto, em paralelo, persistem áreas de estagnação e trajetórias negativas (na ordem dos 18-23% dos indicadores, consoante o horizonte temporal) que exigem atenção reforçada e a necessidade de uma intervenção mais eficaz para alcançar os objetivos traçados até 2030. Esta assimetria entre horizontes sugere ganhos consistentes a médio prazo, mas também condicionantes conjunturais que abrandam a evolução de um subconjunto de métricas, desde pressões inflacionistas e custos de energia, a condições financeiras mais restritivas, reconfiguração de cadeias de valor, transições digital e climática e a ocorrência de secas e eventos meteorológicos extremos.

A análise permite, assim, observar que, apesar de avanços significativos em algumas áreas, existem outras em que o progresso é insuficiente ou até se verificam retrocessos. Deste modo, importa acelerar seletivamente o ritmo, reforçando a coerência de políticas públicas, o foco territorial e a mobilização de instrumentos que maximizem o impacto até 2030, tirando partido das sinergias entre ODS e mitigando potenciais *trade-offs*.

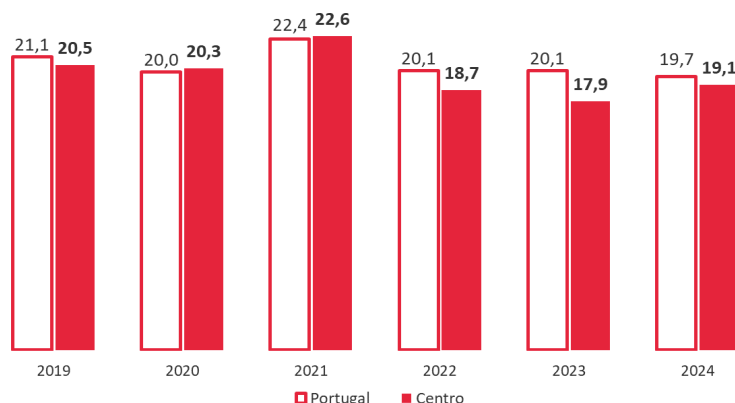


# FICHAS DE MONITORIZAÇÃO DOS ODS NA REGIÃO CENTRO



## Proporção da população residente em risco de pobreza ou exclusão social, 2019 a 2024 (%)

Fonte: INE, Inquérito às condições de vida e rendimento



• Considera-se que uma pessoa está em risco de pobreza ou exclusão social quando se verifica pelo menos uma das seguintes condições: **está em risco de pobreza monetária; vive num agregado com intensidade laboral per capita muito reduzida; encontra-se em privação material e social severa.**

• Na região Centro, em 2024, a proporção de população em risco de pobreza ou exclusão social aumentou 1,2 pontos percentuais face ao ano anterior, fixando-se em 19,1%, valor abaixo da média nacional.

• Dos três indicadores que compõem o risco de pobreza ou exclusão social, a taxa de risco de pobreza é a mais determinante. Em 2023, estima-se que 16,1% da população residente na região Centro estivesse abaixo da linha nacional de pobreza, 632€ mensais por adulto equivalente nesse ano.

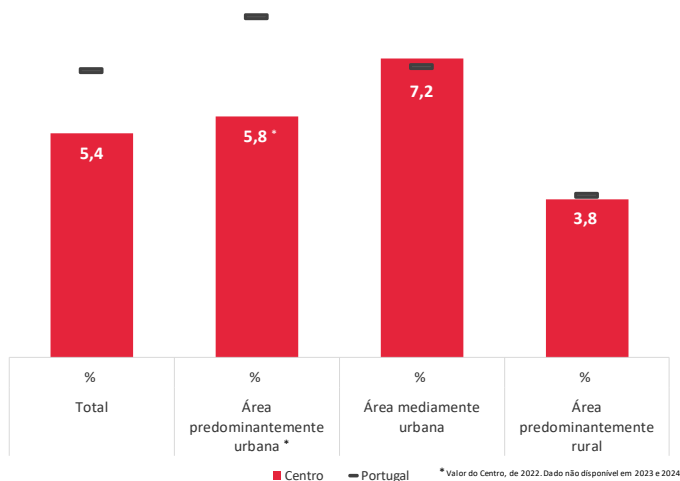
# 1



**ERRADICAR  
A POBREZA  
EM TODAS AS  
SUAS FORMAS,  
EM TODOS OS  
LUGARES**

## Taxa de sobrecarga das despesas em habitação por tipologia de área urbana, 2024 (%)

Fonte: INE, Inquérito às condições de vida e rendimento



• As despesas de habitação estão relacionadas com a renda, água, eletricidade, gás ou outros combustíveis, condomínio, saneamento, manutenção e pequenas reparações, bem como com juros relativos ao crédito à habitação principal e seguros. O seu peso no orçamento familiar pode agravar a vulnerabilidade económica do agregado.

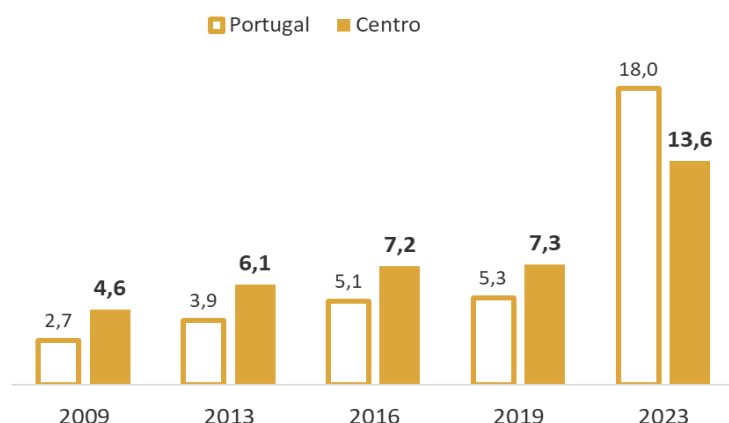
• A taxa de sobrecarga das despesas em habitação, que corresponde à **proporção de pessoas que vivem em agregados familiares em que o rácio entre as despesas anuais com a habitação e o rendimento disponível** (deduzidas as transferências sociais

relativas à habitação) **é superior a 40%**, foi de 5,4% em 2024, abaixo da média nacional de 6,9%.

• São as áreas mediantemente urbanas que apresentam a maior taxa de sobrecarga das despesas em habitação (7,2% em 2024, sem dados disponíveis para as áreas predominantemente urbanas). Nas áreas predominantemente rurais, a taxa foi de 3,8% em 2024. Os dados nacionais indicam que são as famílias monoparentais e as famílias unipessoais que registam as taxas mais elevadas.

## Proporção da superfície agrícola em agricultura biológica, 2009 a 2023 (%)

Fonte: INE, Recenseamento agrícola



• A agricultura biológica é um modo de produção sustentável que assenta na atividade biológica do solo, reforçada pela incorporação de matéria orgânica como base da fertilização. Evita produtos químicos de síntese e adubos de rápida solubilização, respeita o bem-estar animal (incluindo encabeçamentos adequados) e privilegia estratégias preventivas de sanidade vegetal e animal. Visa alimentos de qualidade,

a sustentabilidade ambiental, a valorização dos recursos locais e a dignificação da atividade agrícola.

• Na região Centro, 13,6% da superfície agrícola é de agricultura biológica, tendo existido um crescimento expressivo nos últimos anos em direção à meta da União Europeia (25%).

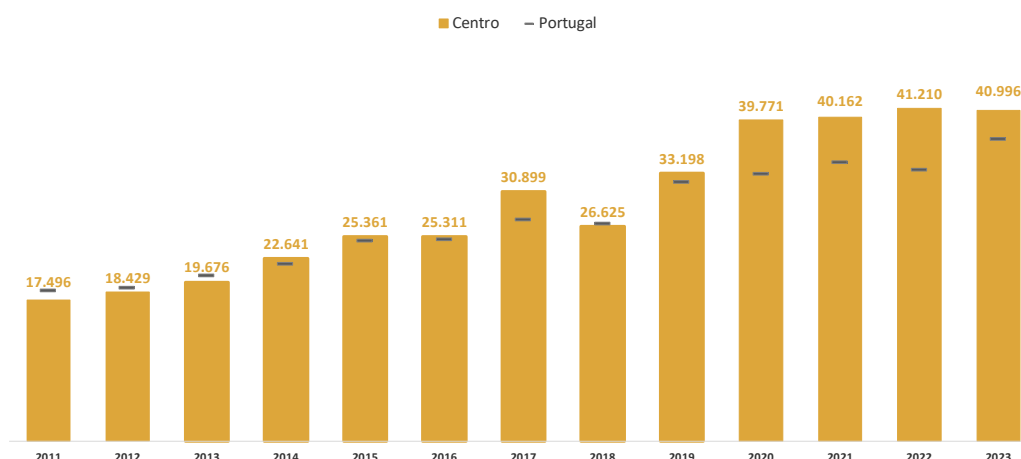
# 2



**ERRADICAR A FOME, ALCANÇAR A SEGURANÇA ALIMENTAR, MELHORAR A NUTRIÇÃO E PROMOVER A AGRICULTURA SUSTENTÁVEL**

## Produtividade (valor acrescentado bruto por trabalhador) na agricultura, floresta e pescas, 2011 a 2023 (€/per capita)

Fonte: INE, Inquérito às condições de vida e rendimento

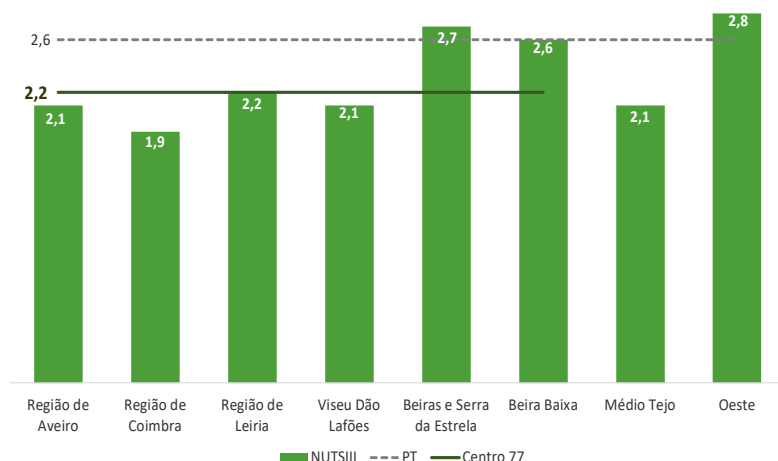


• Em 2023, a produtividade na agricultura, floresta e pescas na região Centro foi de 40.996 € por trabalhador, situando-se acima da média nacional (37.438 €) e mantendo-se muito próxima do máximo regional atingido em 2022 (41.210 €). Face a 2022, registou-se uma ligeira diminuição (-0,5%). Entre

2011 e 2023, a produtividade do setor primário mais do que duplicou na região Centro (+134%, de 17.496 € para 40.996 €), com um crescimento médio anual próximo de 7,4%. Este indicador revela, assim, um progresso significativo rumo ao cumprimento do objetivo de duplicar a produtividade até 2030 .

## Taxa quinquenal de mortalidade infantil, 2020-2024 (‰)

Fonte: INE, Óbitos por causas de morte / DataCentro



# 3



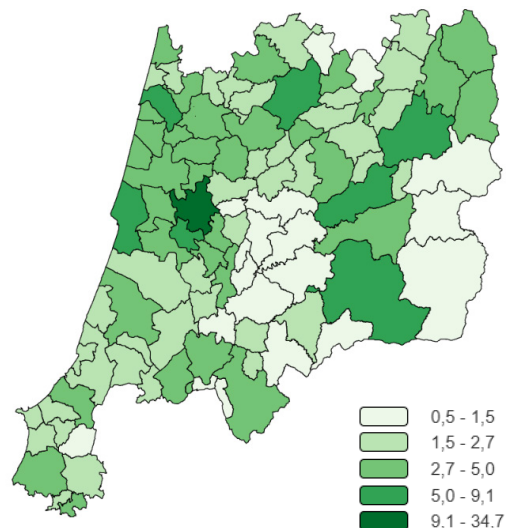
**GARANTIR O  
ACESSO À SAÚDE  
DE QUALIDADE  
E PROMOVER O  
BEM-ESTAR PARA  
TODOS, EM TODAS  
AS IDADES**

- A taxa quinquenal de mortalidade infantil reporta o número **de óbitos de crianças com menos de um ano de idade nos últimos cinco anos no total de nados-vivos desse período.**
- Na região Centro (com 77 municípios), a taxa quinquenal de mortalidade infantil (2,2‰) é inferior ao registo nacional (2,6‰), diminuindo 0,1 ponto percentual face ao período anterior (2019-2023).

- Entre as oito sub-regiões, Beiras e Serra da Estrela, Beira Baixa e Oeste apresentam os valores mais elevados, enquanto a Região de Coimbra regista o valor mais baixo. Importa salientar que a grande maioria das sub-regiões se situa abaixo da média nacional.

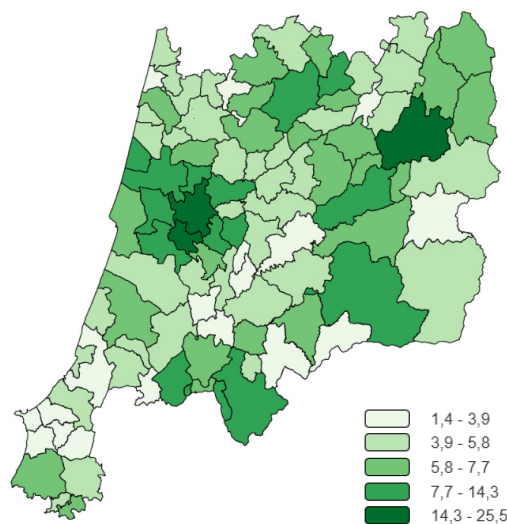
## Médicas/os por 1.000 habitantes (por local de residência), 2024 (N.º)

Fonte: INE, Estatísticas do pessoal de saúde / DataCentro



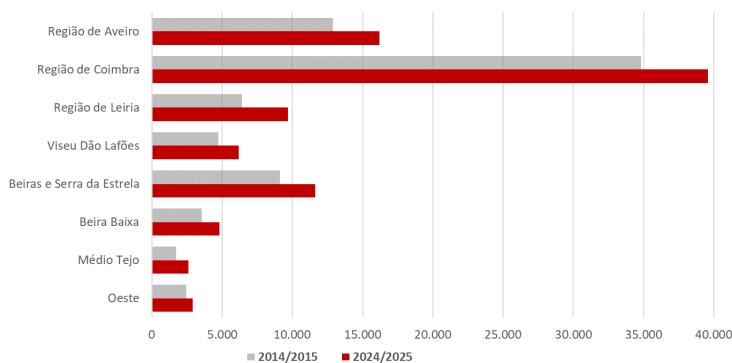
- A região Centro (com 77 municípios) tem 6,7 médicas/os por cada 1.000 habitantes, acima da média nacional de 6,0. Sete municípios da região superam este referencial nacional. Quanto ao pessoal de enfermagem, a região Centro (com 77 municípios) fica acima da média nacional, com 9,2 enfermeiras/os por 1.000 habitantes, face aos 8,0 nacionais, registando 19 municípios valores superiores à média nacional.

## Enfermeiras/os por 1.000 habitantes (por local de trabalho), 2024 (N.º)



- O município de Coimbra aparece claramente destacado, devido à presença do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, que serve toda a região.

## Alunos matriculados no ensino superior na região Centro, 2014/2015 e 2024/2025 (N.º)



- No ano letivo 2024/2025, na região Centro existiam 93.590 alunos matriculados no ensino superior, representando 20,6% do total nacional.
- Este valor supera o de 2014/2015, com a região a registar mais 17.897 alunos matriculados. Esta subida é partilhada com todas as sub-regiões, uma vez que as oito registaram um incremento no número de alunos matriculados.

- A Região de Coimbra destaca-se com 42% dos alunos matriculados no Centro, seguindo-se a Região de Aveiro, com 17%, e Beiras e Serra da Estrela, com 12%. Estas três sub-regiões contam, no seu território, com Universidades. As oito sub-regiões acolhem instituições de ensino politécnico.

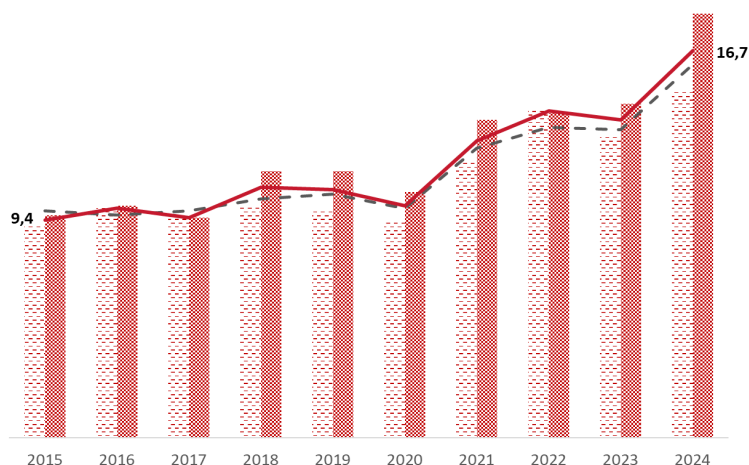
4



**GARANTIR O ACESSO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA, DE QUALIDADE E EQUITATIVA, E PROMOVER OPORTUNIDADES DE APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA PARA TODOS**

## Aprendizagem ao longo de vida, 2015 a 2024 (%)

Centro H Centro M Portugal HM Centro HM



- A aprendizagem ao longo da vida é a aprendizagem intencional que ocorre ao longo de todo o ciclo de vida, em contextos formais, não formais e informais, servindo objetivos pessoais, cívicos, sociais e profissionais.

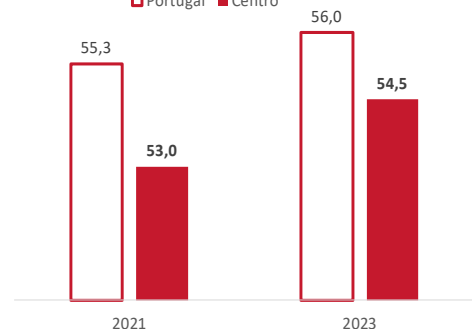
- Apesar de os números ainda serem baixos, a região Centro tem vindo a aumentar a sua população adulta (dos 25 aos 64 anos) envolvida em ações de aprendizagem, tendo passado de 9,4% em 2015 para 16,7% em 2024.

- A região Centro está, desde 2018, acima da média nacional.

- Excetuando o ano de 2022, em todos os outros anos são as mulheres que registam maior incidência em ações de aprendizagem.

## Proporção de indivíduos (16-74 anos) com competências digitais ao nível básico ou acima de básico, 2021 e 2023 (%)

Portugal Centro

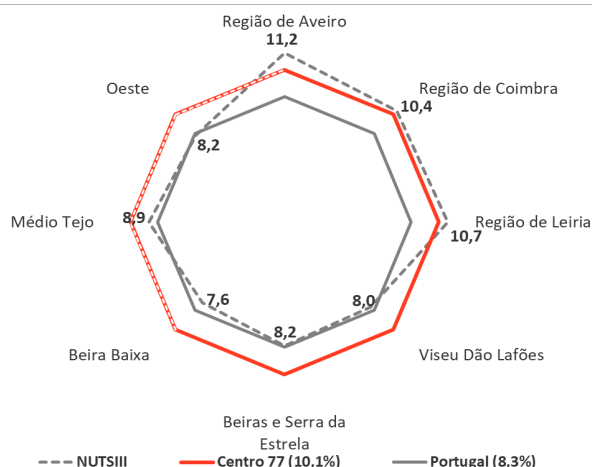


- As competências digitais são hoje indispensáveis para uma utilização eficaz e produtiva da tecnologia, já indissociável da vida pública, privada e profissional dos cidadãos.

- Mais de metade da população portuguesa (56%) já tem competências digitais ao nível básico ou acima do básico, com a população da região Centro a obter um registo ligeiramente inferior (54,5%), mas tendo aumentado 1,5 pontos percentuais face a 2021.

## Disparidade no ganho médio mensal (entre homens e mulheres) da população empregada por conta de outrem na região Centro, 2023 (%)

Fonte: MTSSS/GEP, Quadros de pessoal



• A disparidade no ganho médio mensal da população empregada por conta de outrem segundo o sexo é superior na região Centro (com 77 municípios) face ao país (10,1% contra 8,3%, respetivamente), estando a baixar desde 2015, quando registou 11,8% na região e 10,9% no país.

• As sub-regiões com maiores níveis de disparidade são as do litoral, nomeadamente a Região de Aveiro (11,2%), Região de Leiria (10,7%) e Região de Coimbra (10,4%). As sub-regiões do interior registam os valores mais baixos, Beira Baixa 7,6%, Viseu Dão Lafões com 8% e Beiras e Serra da Estrela com 8,2%.

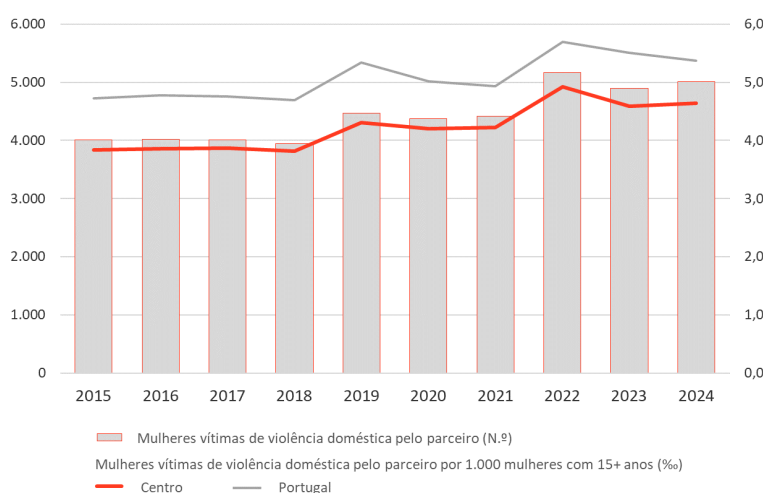
# 5



**ALCANÇAR A  
IGUALDADE  
DE GÉNERO E  
EMPODERAR  
TODAS AS  
MULHERES  
E RAPARIGAS**

## Mulheres vítimas de crimes de violência doméstica pelo parceiro (N.º) e proporção no total de mulheres com 15 ou mais anos na região Centro, 2015 a 2024 (‰)

Fonte: DGRJ

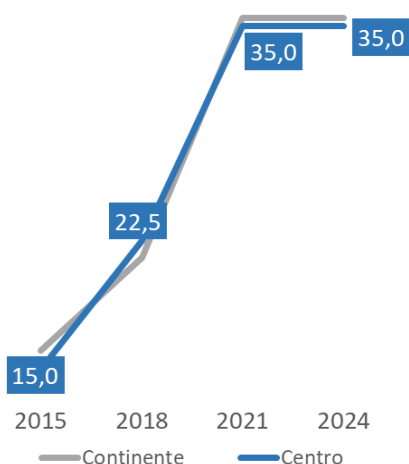


• Na região Centro, o número de mulheres vítimas de crimes de violência pelo parceiro tem vindo a aumentar. Em 2024 registou-se um novo acréscimo, ainda que ligeiro, atingindo 4,6 por mil. Ainda assim, o valor permanece abaixo da média nacional (5,4 por mil em 2024).

• Entre 2015 e 2018, por ano, cerca de quatro mil mulheres residentes na região foram vítimas de crimes de violência doméstica. Desde 2019, esse número tem aumentado, tendo já ultrapassando as cinco mil, em média, nos últimos três anos.

## Proporção de massas de água subterrâneas com qualidade inferior a bom, 2015 a 2024 (%)

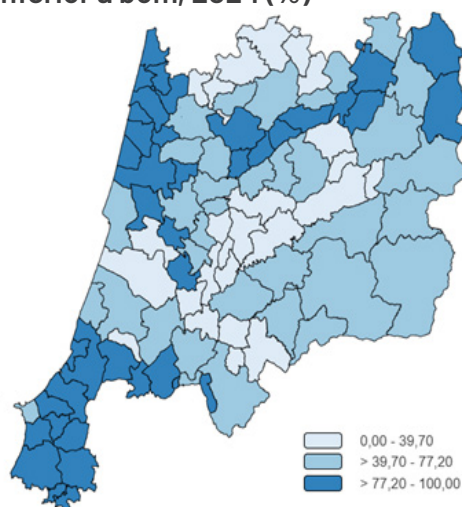
Fonte: APA / INE



- No Centro, a proporção de massas de água subterrâneas “inferior a bom” subiu de 15% (2015) para 35% (2021 e 2024). No Continente, a evolução é semelhante (de 16,1% para 35,5%). Esta convergência em torno de 35% em 2021 e 2024 evidencia um agravamento face a 2015 e reforça a necessidade de medidas de proteção e recuperação das massas de água subterrâneas.
- Em 2024, 62,1% da superfície das massas de água superficiais da região Centro apresentava estado

## Proporção da superfície das massas de água superficiais com qualidade inferior a bom, 2024 (%)

Fonte: APA / DataCentro



“inferior a bom” (nível semelhante ao observado em 2021), o que exige reforço de medidas de gestão. Destacam-se, pela positiva, Castanheira de Pera, Manteigas e Vila de Rei sem registos “inferior a bom”. Em contraste, os municípios do Oeste e da Região de Aveiro exibem percentagens elevadas, justificando intervenções prioritárias. Em linha com a Visão Estratégica Centro 2030, a resposta passa por uso racional da água, valorização dos recursos hídricos e remediação de passivos ambientais, travando a degradação em curso desde 2015.

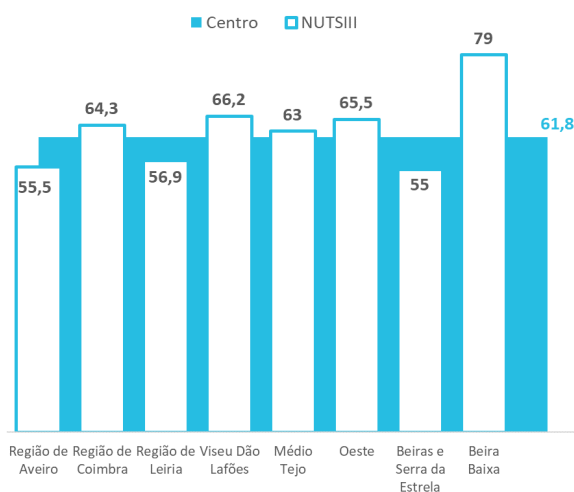
# 6



**GARANTIR A  
DISPONIBILIDADE  
E A GESTÃO  
SUSTENTÁVEL  
DA ÁGUA POTÁVEL  
E DO SANEAMENTO  
PARA TODOS**

## Água distribuída por habitante, 2022 (m³)

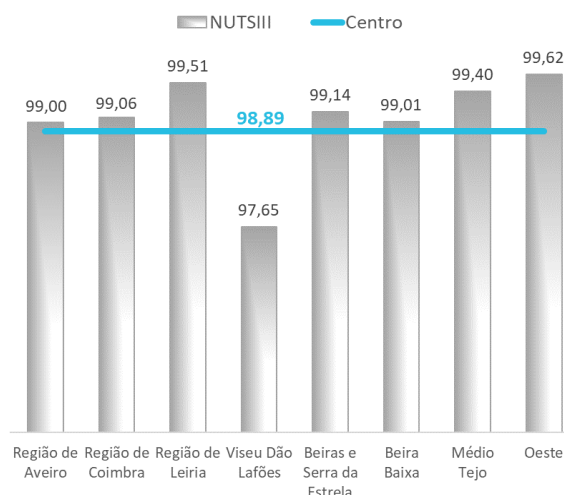
Fonte: INE, ERSAR, ERSARA, DREM



- Na região Centro consome-se, em média, 61,8 m³ de água por habitante, abaixo dos 64,6 m³ da média nacional. Três sub-regiões, Beiras e Serra da Estrela (com o valor mínimo de 55 m³), Região de Aveiro e Região de Leiria registam valores inferiores à média da região, sendo que, entre as restantes, a Beira Baixa regista o valor máximo (79 m³).

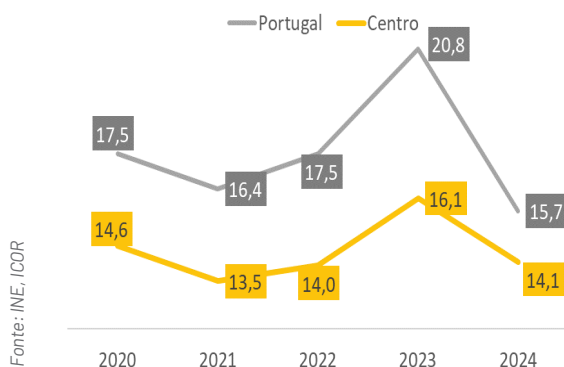
## Água segura, 2023 (%)

Fonte: ERSAR



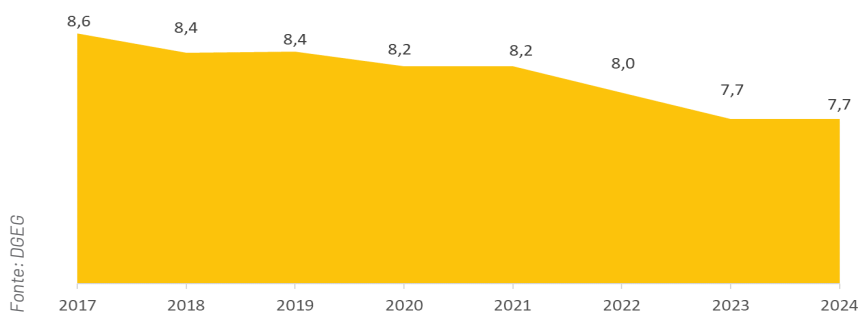
- A percentagem de água controlada e de boa qualidade, segundo os parâmetros fixados na lei, é de 98,89% na região Centro, em 2023, valor em linha com a média nacional (98,87%). Apenas a sub-região Viseu Dão Lafões (97,65%) apresenta valores inferiores à média regional. Este indicador, que mede a qualidade da água para consumo humano distribuída pelos sistemas públicos urbanos, mostra que se atingiram níveis de excelência.

## Proporção da população residente sem capacidade económica para manter a casa adequadamente aquecida, 2020 a 2024 (%)



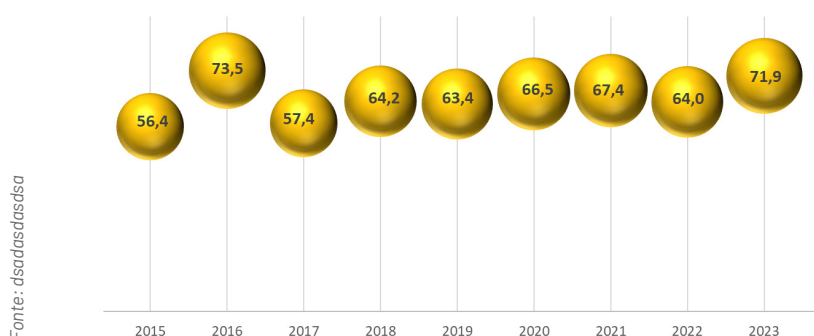
- Considera-se em privação material e social a população que, por dificuldades económicas, não consegue aceder a pelo menos cinco de 13 itens definidos. Entre esses itens está a privação energética, ou seja, a incapacidade de manter a habitação adequadamente aquecida.
- Na região Centro, a população nesta situação desceu de 14,6% em 2020 para 14,1% em 2024, após ter atingido um mínimo de 13,5% em 2021. Em 2024, o valor regional manteve-se abaixo da média nacional (15,7%).

## Beneficiários da Tarifa Social de Energia (eletricidade) face à população residente da região Centro, 2017 a 2024 (%)



- A tarifa social de energia é um apoio destinado a famílias em carência socioeconómica, materializando-se num desconto na tarifa de acesso às redes de eletricidade e gás natural.
- Em 2024, 7,7% da população residente no Centro beneficiava da Tarifa Social de Energia Elétrica, o mesmo valor de 2023 e inferior ao observado entre 2017 e 2022 (de 8,6% para 8,0%), refletindo a tendência de decréscimo desde 2017.

## Peso das energias renováveis no consumo final de energia elétrica na região Centro, 2015 a 2023 (%)



- Em 2023, 71,9% da energia elétrica consumida na região Centro foi produzida através de energias renováveis, tendo a média nacional sido de 66,4%. Face a 2022, observou-se um acréscimo neste indicador de 7,9 pontos percentuais na região.

Relativamente a 2015, este acréscimo foi de 15,5 pontos percentuais, evidenciando o aumento sustentado do contributo dos recursos renováveis nos últimos anos.

# 7

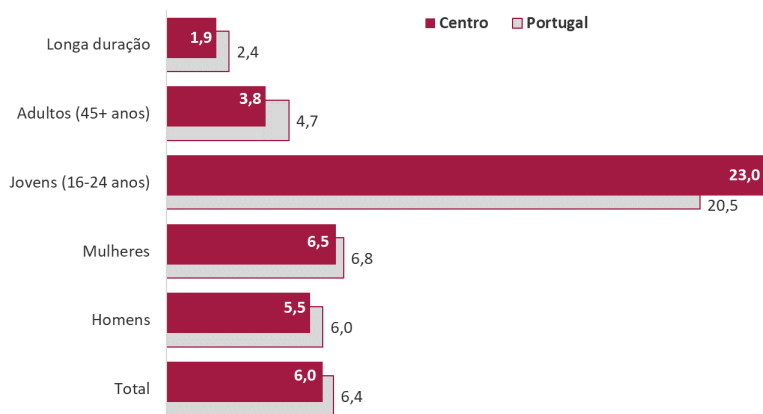


**GARANTIR  
O ACESSO A  
FONTES DE  
ENERGIA FIÁVEIS,  
SUSTENTÁVEIS E  
MODERNAS PARA  
TODOS**



## Taxa de desemprego, 2024 (%)

Fonte: INE, Inquérito ao emprego



- Na região Centro apenas o desemprego jovem supera a média nacional. Nas restantes categorias de desemprego, os valores são inferiores à média do país.
- As mulheres e os jovens são mais vulneráveis ao desemprego face aos homens e aos adultos mais velhos.

- O desemprego de longa duração é praticamente residual no cômputo geral.
- A taxa de desemprego regional desceu de 10% em 2015 para 5% em 2019. Com a pandemia, aumentou para 5,7% (2020) e 5,5% (2021), voltando a 5% em 2022 e a 5,2% em 2023. Em 2024, registou nova subida, para 6%, ainda muito abaixo de 2015, mas acima dos níveis de 2022-2023.

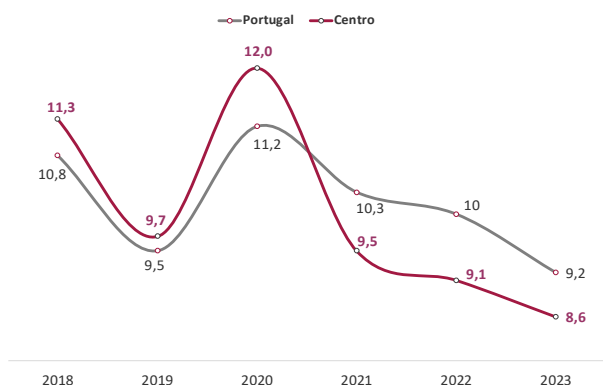
# 8



**PROMOVER O  
CRESCIMENTO  
ECONÓMICO  
INCLUSIVO E  
SUSTENTÁVEL, O  
EMPREGO PLENO  
E PRODUTIVO  
E O TRABALHO  
DIGNO PARA  
TODOS**

## Taxa de risco de pobreza da população empregada com 18 e mais anos de idade, 2018 a 2023 (%)

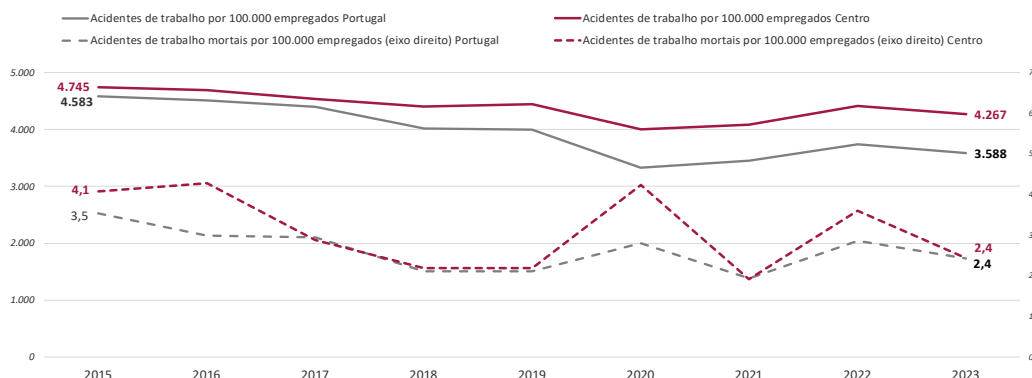
Fonte: INE, Inquérito às condições de vida e rendimento



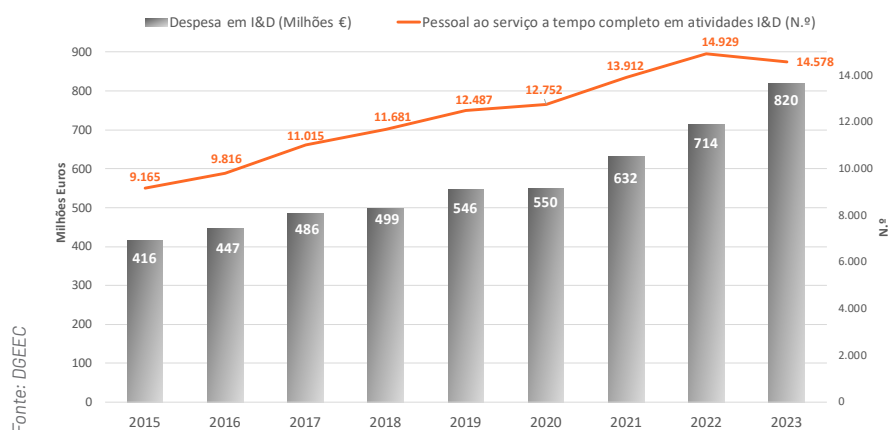
- De 2018 a 2020, a região Centro apresentou valores acima da média nacional. Em 2021, a tendência inverteu-se, registando 9,5% (abaixo da média nacional de 10,3%). Em 2023, a taxa de pobreza dos trabalhadores fixou-se em 8,6% na região Centro, abaixo do registo nacional de 9,2% e bastante abaixo do seu registo de 2020 (-3,4 pontos percentuais), marcado pela pandemia.
- Quanto aos acidentes de trabalho, a região Centro tende a registar uma incidência total acima da média nacional. Em 2023, porém, a taxa de acidentes mortais por 100 mil empregados ficou ligeiramente abaixo da nacional: 2,43 no Centro face a 2,44 em Portugal.

## Acidentes de trabalho (totais e mortais) por 100.000 empregados, 2015 a 2023 (N.º)

Fonte: GEP, MTSS / DataCentro



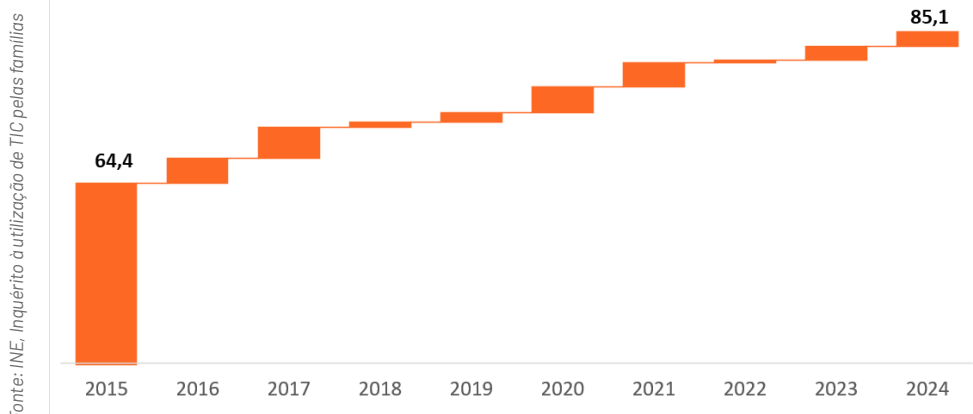
## Despesa em I&D (Milhões €) e pessoal ao serviço a tempo completo em atividades I&D (N.º) na região Centro, 2015 a 2023



• A despesa em Investigação e Desenvolvimento (I&D) na região Centro subiu consecutivamente desde 2015, tendo atingido a marca dos 820 milhões de euros em 2023, representando 18% da despesa nacional nesse ano.

• Em paralelo, o pessoal ao serviço em atividade de I&D tem também aumentado ao longo dos anos, atingindo um pico de 14,9 mil pessoas em 2022. Em 2023, manteve-se em níveis elevados (14,6 mil), mas ligeiramente abaixo do pico do ano anterior, representando 18,3% do total nacional.

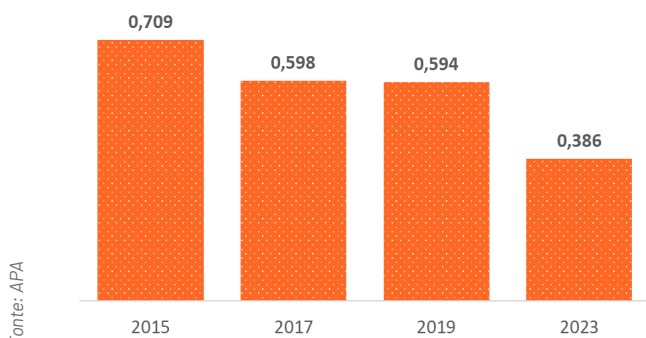
## Proporção de agregados domésticos privados com pelo menos um indivíduo entre 16 e 74 anos, com ligação à Internet em casa, de banda larga, na região Centro, 2015 a 2024 (%)



• A proporção de agregados domésticos com ligação à internet em casa através de banda larga tem vindo a aumentar de forma contínua ao longo dos anos na região Centro, sendo de 85,1% em 2024. Vinte anos antes, em 2004, era de 8,3%, e em 2014 era de 56,9%.

• Em Portugal, o registo foi superior, 87% em 2024, tendo registado 12,3% em 2004 e 63,4% em 2014.

## Emissões CO2 da indústria por VAB indústria na região Centro (77 municípios), 2015 a 2023 (Kg/€)



• A modernização da indústria através da adoção de processos produtivos sustentáveis e do reforço do investimento público em I&D tem sido um designio da região, conforme a Estratégia de Especialização Inteligente da região Centro (RIS3 do Centro).

• De acordo com os dados do inventário nacional da APA, as emissões CO2 da indústria relativizadas pelo respetivo VAB diminuíram, na região, face a 2015.

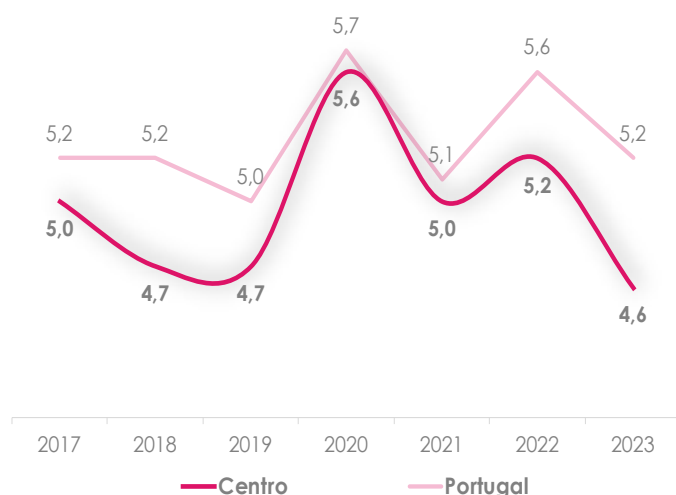
# 9



**CONSTRUIR  
INFRAESTRUTURAS  
RESILIENTES,  
PROMOVER A  
INDUSTRIALIZAÇÃO  
INCLUSIVA E  
SUSTENTÁVEL  
E FOMENTAR A  
INOVAÇÃO**

## Desigualdade na distribuição de rendimento S80/S20, 2017 a 2023 (Nº)

INE, Inquérito às condições de vida e rendimento



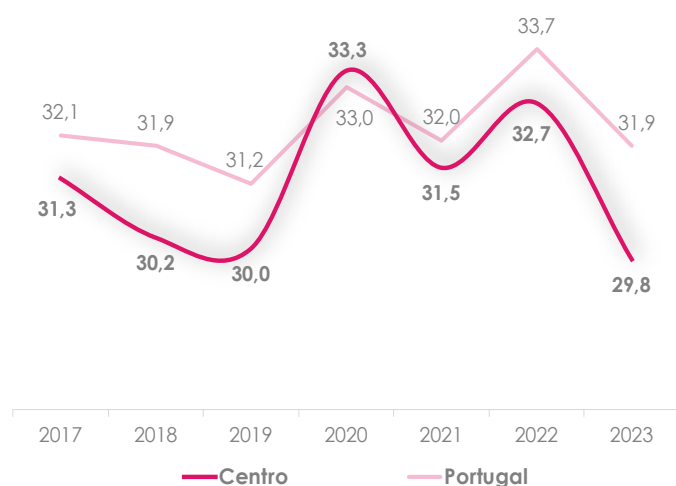
# 10



**REDUZIR AS  
DESIGUALDADES  
NO INTERIOR DOS  
PAÍSES E ENTRE  
PAÍSES**

## Coeficiente de Gini do rendimento monetário líquido por adulto equivalente, 2017 a 2023 (%)

INE, Inquérito às condições de vida e rendimento

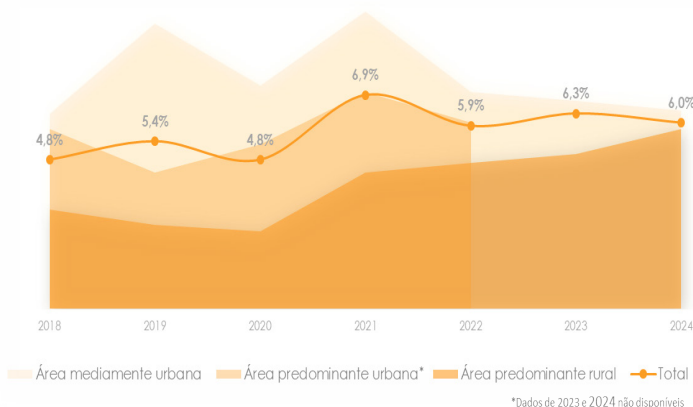


- A monitorização do ODS 10 na região Centro continua limitada às desigualdades de rendimento, dada a falta de informação subnacional noutros domínios. Nos dois indicadores disponíveis, o coeficiente de Gini (que sintetiza as assimetrias na distribuição do rendimento num único valor, podendo variar entre 0 (quando todos os indivíduos têm igual rendimento) e 100 (quando todo o rendimento se concentra num único indivíduo)) e o rácio S80/20 (que mede a diferença entre o rendimento dos 20% mais ricos e o rendimento dos 20% mais pobres), observou-se uma ligeira

melhoria entre 2017 e 2019, seguida de um marcado agravamento em 2020. Em 2021, houve melhoria, com novo agravamento em 2022. Em 2023, porém, registou-se nova melhoria, com o coeficiente de Gini a descer de forma significativa para 29,8% e o indicador S80/20 para 4,6%, níveis inferiores aos nacionais e os mínimos de ambas as séries. Mantém-se, ainda assim, a necessidade de séries mais longas e abrangentes para conclusões robustas sobre a desigualdade na distribuição de rendimentos na região Centro.

## Taxa de sobrelotação da habitação na região Centro, 2020 a 2024 (%)

Fonte: INE, Inquérito às condições de vida e rendimento



- Este desafio integra uma das oito linhas estratégicas da Estratégia Regional de 2030 para a região Centro.
- O preço da habitação tem aumentado rapidamente e muitos jovens adultos mantêm-se no agregado dos pais mesmo após iniciarem a vida laboral. Este facto pode estar a ocultar carências de acesso à habitação entre os jovens e pessoas solteiras. Esta hipótese é apoiada pela tendência de agravamento da taxa de sobrelotação, que, em 2018, era de 4,8% e, atualmente, se cifra nos 6,0%.
- A recolha seletiva de resíduos urbanos na região Centro tem observado um progresso consistente na última década, passando de 9%,

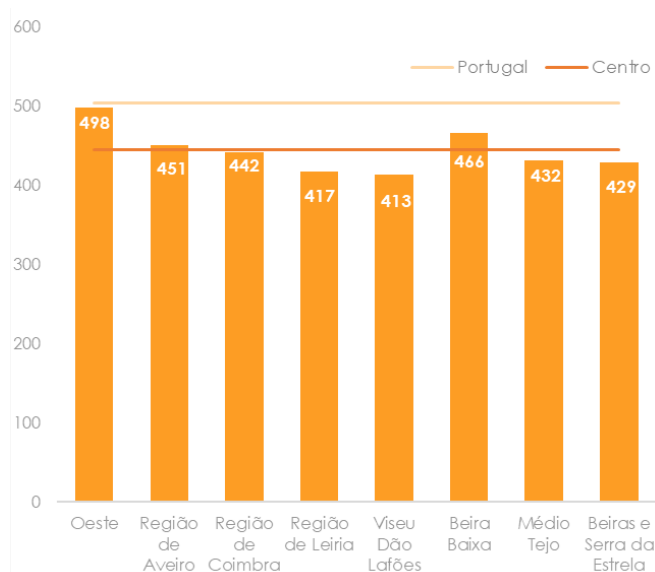
em 2013, para 18%, em 2023. Apesar dos avanços, ainda há trabalho a fazer e importa priorizar a prevenção e a redução na origem, ao mesmo tempo que se reforça a captação seletiva para aumentar a proporção de resíduos encaminhados para reciclagem. O Oeste (498 kg/hab) e a Beira Baixa (466 kg/hab) registam os valores mais elevados de resíduos urbanos recolhidos por habitante no Centro em 2023, enquanto Viseu Dão Lafões (413 kg/hab) e a Região de Leiria (417 kg/hab) apresentam os níveis mais baixos. Todas as sub-regiões ficam abaixo da média nacional (de 504 kg/hab), com o Oeste muito próximo desse referencial e a média da região Centro a situar-se nos 445 kg/hab.

# 11

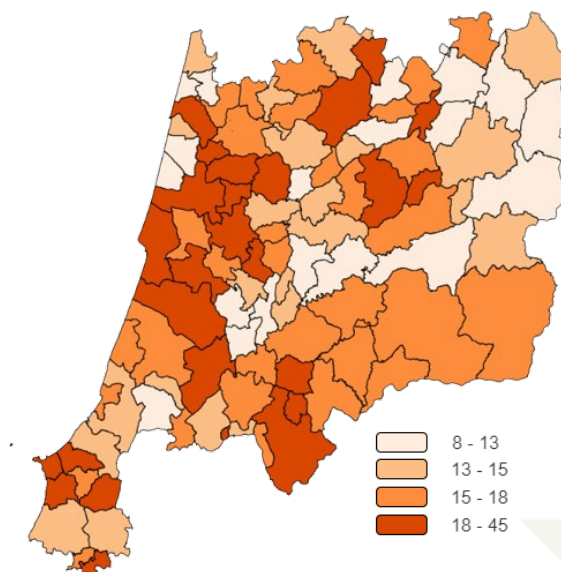


**TORNAR AS  
CIDADES E OS  
AGLOMERADOS  
HUMANOS  
INCLUSIVOS,  
SEGUROS,  
RESILIENTES E  
SUSTENTÁVEIS**

## Resíduos urbanos recolhidos por habitante na região Centro, em 2023 (kg/hab)



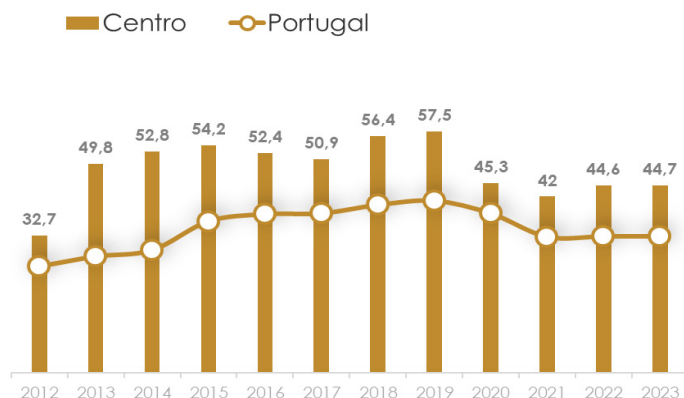
## Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente na região Centro, em 2023 (%)



Fonte: INE, Estatísticas dos resíduos urbanos

## Proporção de resíduos urbanos preparados para reutilização e reciclagem, 2012 a 2023 (%)

Fonte: INE, Estatísticas dos resíduos urbanos



- A economia circular é crucial para uma economia ambientalmente sustentável, uma vez que procura evitar resíduos através da reparação, reutilização e reciclagem ao longo de todo o ciclo de produção e consumo, reduzindo a extração de recursos finitos. Para tal, são necessários esforços concertados de produtores e consumidores.

- Na região Centro, a proporção de resíduos urbanos preparados para reutilização e

reciclagem progrediu fortemente desde 2012, atingindo 57,5% em 2019 (próxima da meta nacional e europeia de 60% em 2030). Em 2020, registou-se uma quebra (45,3%), seguida de novo recuo em 2021 (42%), agravamentos que podem estar relacionados com a pandemia por COVID-19, e ligeira recuperação em 2022 e 2023 (44,6% e 44,7%). Ao longo de todo o período, o Centro manteve valores bastante acima da média nacional.

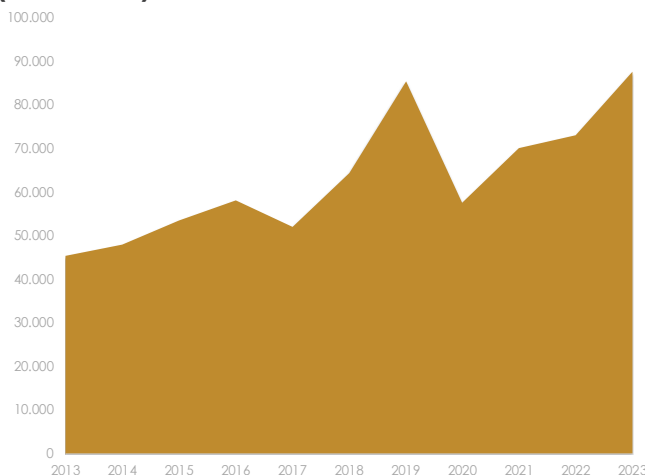
# 12



**GARANTIR  
PADRÕES DE  
CONSUMO E  
DE PRODUÇÃO  
SUSTENTÁVEIS**

## Resíduos perigosos na região Centro, 2013 a 2023 (toneladas)

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente

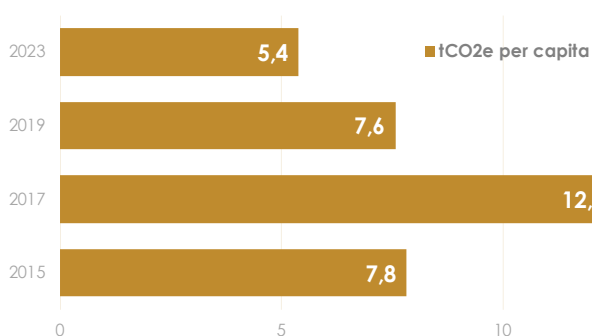


- Na produção de resíduos perigosos observa-se alguma variabilidade ao longo da última década. Após o pico de 2019, verificou-se uma quebra em 2020, seguida de novo aumento entre 2021 e 2023, atingindo-se um novo máximo em 2023.

- A pegada de carbono (medida em toneladas de CO<sub>2</sub> equivalente por habitante) é estimada a partir das emissões de gases com efeito estufa dos principais setores (transportes, indústria, uso doméstico, etc.), excluindo as emissões naturais. Na região Centro, observa-se um declínio global desde 2015 (7,8 tCO<sub>2</sub>e por habitante), apesar do significativo aumento em 2017 (12,6), seguido de nova descida em 2019 (7,6) e de uma redução ainda mais marcada em 2023, quando se atinge o valor mínimo de 5,4 tCO<sub>2</sub>e por habitante. Este valor é ligeiramente superior à média nacional (5,1).

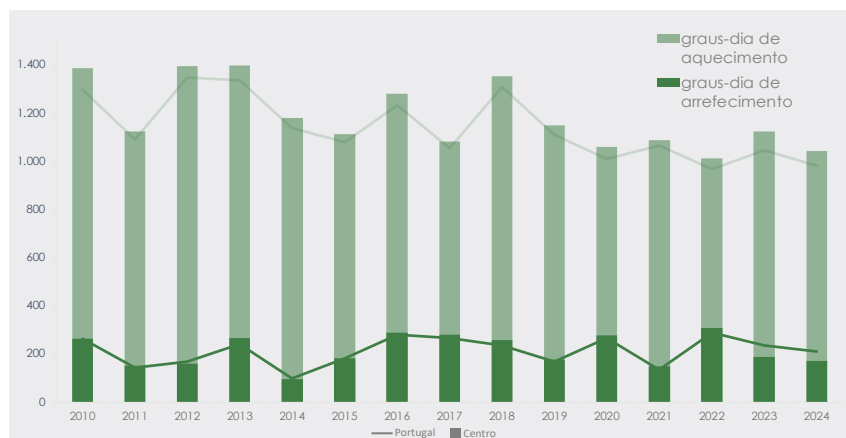
## Pegada de carbono na região Centro, 2015 a 2023 Gases com efeito de estufa face à população residente

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente



## Índice de graus-dia de arrefecimento e aquecimento, 2010 a 2024

Fonte: Eurostat, Estatísticas Regionais



• Entre 2010 e 2024, o índice de graus-dia de aquecimento, um índice projetado para quantificar a procura de energia necessária para aquecer um edifício, derivado de medições da temperatura do ar no exterior, diminuiu 17% (de 1.386 para 1.043), situando-se abaixo da média dos últimos 14 anos (1.186), sinal de invernos, em termos médios, menos exigentes em aquecimento. No índice graus-dia de arrefecimento, que traduz a necessidade de arrefecer os edifícios, o valor de 2024 (172) é inferior à média dos últimos 14 anos (214) e ao valor observado em 2010 (263), embora a série evidencie maior variabilidade e episódios pronunciados de calor, com um máximo em 2022 (307). Em suma, observa-se menor pressão média

para aquecer e arrefecer em 2024 face a 2010, mas com picos de calor mais intensos em anos recentes; por isso, além de continuar a melhorar a eficiência no aquecimento, importa reforçar a adaptação do parque edificado (isolamento, sombreamento, ventilação e refrigeração eficiente) e o planeamento energético para eventos extremos de calor.

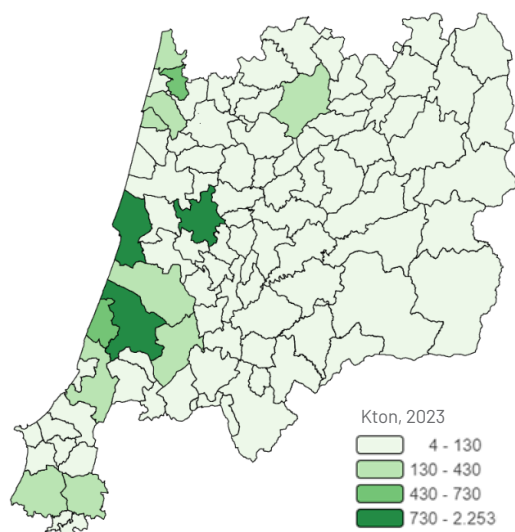
• As emissões atmosféricas na região Centro atingiram um pico em 2017 (devido aos incêndios florestais) e caíram em 2019, prosseguindo a redução até 2023. Em 2023 estimavam-se aproximadamente em 8.948 kton e 12.301 kton eqCO<sub>2</sub>, traduzindo variações de cerca de -37% (CO<sub>2</sub>) e -31% (GEE) face a 2015.

# 13

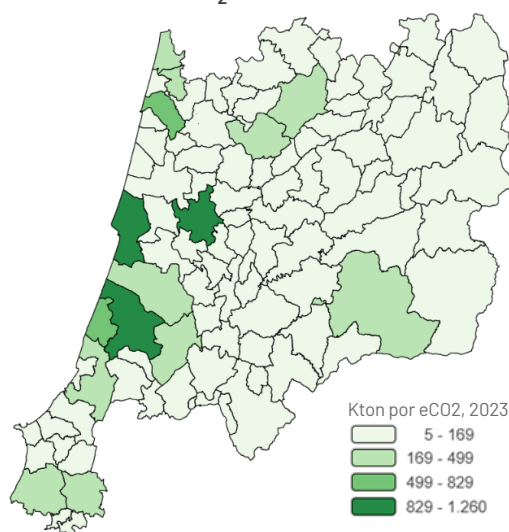


**ADOTAR MEDIDAS URGENTES PARA COMBATER AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E OS SEUS IMPACTOS**

### Emissões de CO<sub>2</sub>, 2023 (mil toneladas)

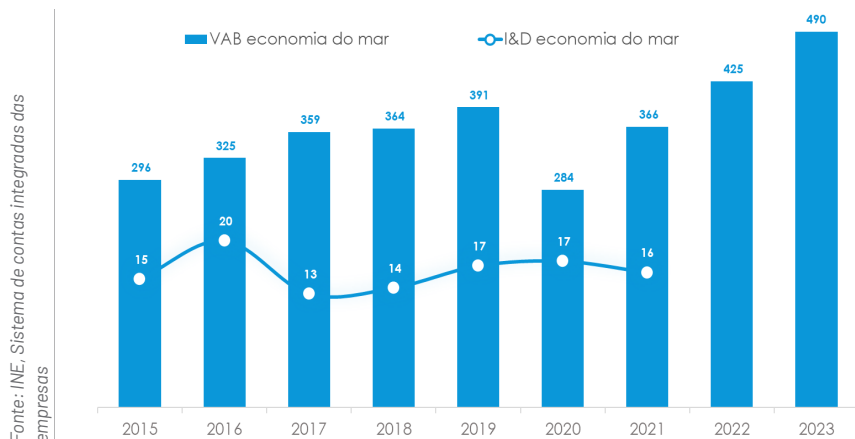


### Emissões de gases com efeito de estufa (GEE) com fontes naturais, 2023 (mil toneladas por CO<sub>2</sub> equivalente)



Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente

## Valor acrescentado bruto e Despesa em I&D relativa à economia do mar na região Centro, 2015 a 2023 (milhões de euros)



**Águas balneares costeiras** de qualidade boa ou excelente na região Centro em 2023

**97,4%**

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente

- Proteger o oceano é vital não só para os ecossistemas marinhos, como para o bem-estar das pessoas e da economia.
- Na região Centro, o VAB da economia do mar representava 1,14% do VAB total em 2019 e apesar do impacto da pandemia por COVID-19, que provocou uma queda em 2020, a partir de 2021 a trajetória de crescimento foi retomada. Em 2023, o VAB da economia do mar na região Centro totalizava 490 milhões de euros, representando 1,17% do total da economia regional.
- A investigação e o desenvolvimento (I&D) na economia do mar mantém uma evolução relativamente estável desde 2015 em torno de 15 a

17 milhões de euros, com pico em 2016 (20 milhões de euros), evidenciando o papel fundamental da I&D na capacidade para uma exploração sustentável dos oceanos e para enfrentar desafios como a poluição e a sobrepesca.

- Em termos de qualidade da água, a região Centro destaca-se tanto nas águas de transição (estuários) como nas águas costeiras. Em 2023, 100% das águas de transição e 97,4% das águas costeiras apresentaram qualidade boa ou excelente. A costa da região Centro está abrangida por um programa de gestão costeira que define diretrizes para a valorização e gestão dos recursos, embora apenas 5,4% da área costeira esteja atualmente protegida.

# 14

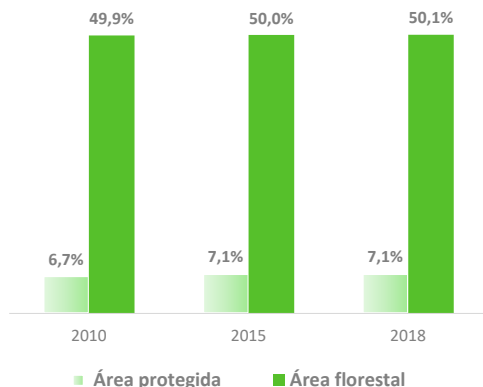


**CONSERVAR E  
UTILIZAR DE FORMA  
SUSTENTÁVEL  
OS OCEANOS  
E RECURSOS  
MARINHOS PARA O  
DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL**



## Área florestal e Área protegida no total da superfície territorial na região Centro, 2010 a 2018 (%)

Fonte: INE, Estatísticas de Uso e Ocupação do Solo



## Superfície ardida média por incêndio rural na região Centro, 2015 a 2023 (ha)

Fonte: ICNF, DRRF RAA, IFCN RAM, Estatísticas florestais



- A região Centro continua a distinguir-se pela elevada biodiversidade e pela diversidade de habitats naturais. As florestas ocupam cerca de metade do território e persistem diversas áreas classificadas (reservas e parques naturais), correspondendo as áreas protegidas a aproximadamente 7,1% da área regional.
- Os recursos naturais enfrentam, contudo, pressões significativas como o despovoamento, fragmentação da propriedade, incêndios florestais mais intensos e secas prolongadas associadas às alterações climáticas, com impactos nos habitats. Nos últimos anos têm sido reforçados os esforços de prevenção e resiliência, combinando sensibilização, vigilância, gestão ativa do combustível e melhores práticas silvícolas.
- Apesar de sinais de melhoria na área ardida média face aos picos anteriores, o progresso é irregular entre anos. A floresta mantém um papel central, não só económico, mas também no sequestro de carbono e na bioeconomia regional. Este valor é destacado na Visão Estratégica Regional de 2030, que tem como objetivo:

“Posicionar a região Centro na liderança da valorização da floresta como ativo específico regional de fins múltiplos e entendida como ecossistema equilibrado de produtores, agricultores cidadãos, transformando-a em recurso vital de perceção generalizada e coerente por todos os atores e territórios da região, dos modelos de gestão e ordenamento florestal (potenciando a melhoria das condições de observação da floresta a partir do espaço) à sua valorização económica e energética, passando pelo seu papel incontornável no sequestro de carbono ao serviço de uma estratégia mais alargada de descarbonização da região”.

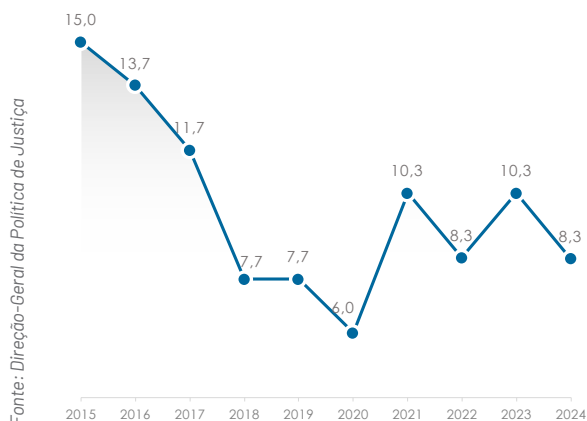
# 15



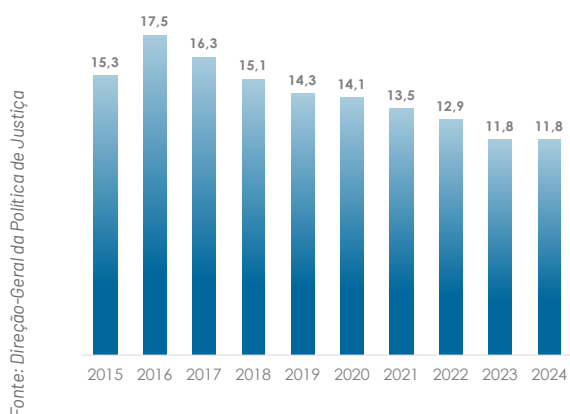
**PROTEGER,  
RESTAURAR E  
PROMOVER O USO  
SUSTENTÁVEL DOS  
ECOSSISTEMAS  
TERRESTRES,  
GERIR DE FORMA  
SUSTENTÁVEL  
AS FLORESTAS,  
TRAVAR A  
PERDA DE  
BIODIVERSIDADE  
E COMBATER A  
DESERTIFICAÇÃO**



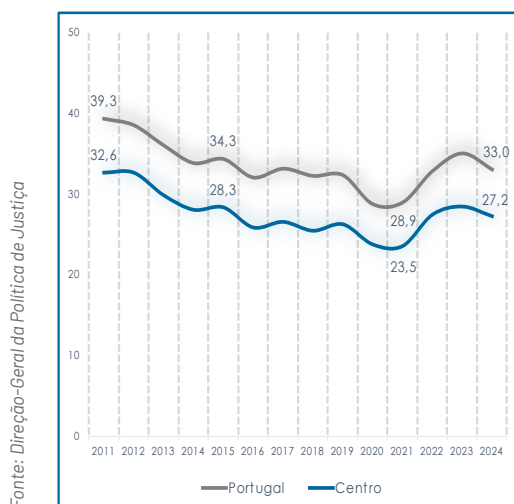
## Crimes de corrupção cometidos no exercício de funções públicas na região Centro, 2015 a 2024 (média 3 anos)



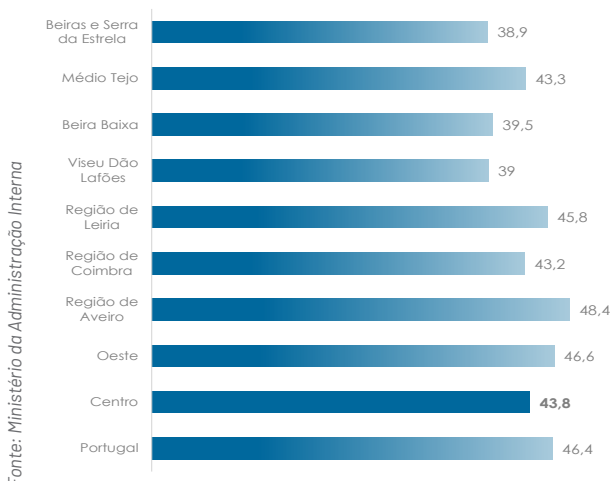
## Duração média dos processos findos nos tribunais das comarcas de Coimbra, Aveiro, Leiria, Castelo Branco, Guarda e Viseu, 2015 a 2024 (meses)



## Taxa de criminalidade, 2024 (‰)



## Taxa de abstenção nas eleições locais, 2021 (%)



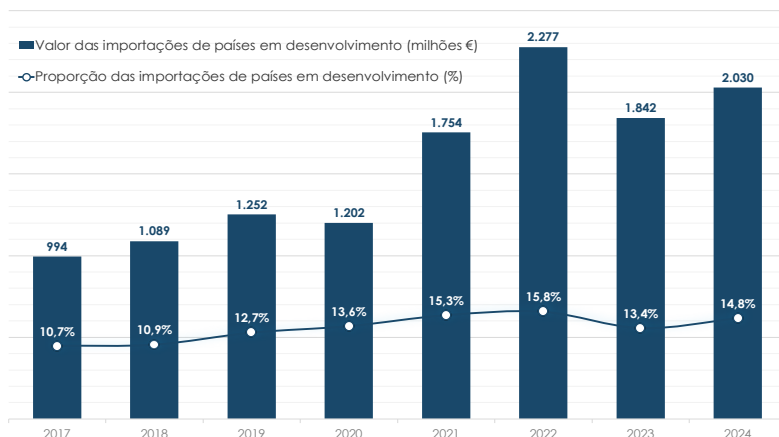
# 16



**PROMOVER  
SOCIEDADES  
PACÍFICAS E  
INCLUSIVAS PARA O  
DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL,  
GARANTIR O  
ACESSO À JUSTIÇA  
PARA TODOS  
E CONSTRUIR  
INSTITUIÇÕES  
EFICAZES,  
RESPONSÁVEIS  
E INCLUSIVAS EM  
TODOS OS NÍVEIS**

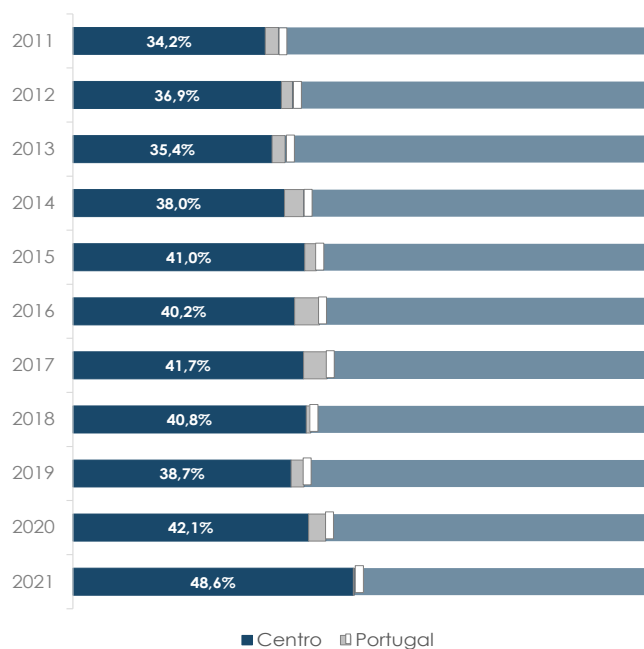
## Proporção das importações de bens de países em desenvolvimento no total das importações da região Centro, 2017 a 2024

Fonte: INE, Comércio internacional de bens



## Proporção de indivíduos que usam internet para interação com organismos da administração pública, 2011 a 2021 (%)

Fonte: Eurostat



- A monitorização do ODS 17 na região Centro apresenta desafios acrescidos devido à ausência de um governo regional. A cooperação internacional assume por isso uma importância significativa para a região, evidenciada na Estratégia Regional de 2030, na prioridade “Promover melhores condições para a internacionalização e cooperação internacional”.

- Neste âmbito, as importações de países em desenvolvimento para a região têm observado uma tendência crescente desde 2017 ainda que, em 2023, tenham registado um ligeiro recuo face ao máximo de 2022.

Portugal e a região Centro estão a promover ativamente a transição digital em todos os setores da sociedade, incluindo os serviços públicos. Desta forma, é crucial que todos os cidadãos tenham acessibilidade e capacidade para utilizar as novas tecnologias.

- Na região Centro, embora tenha existido um aumento significativo na proporção da população que utiliza a Internet para interagir com as autoridades públicas ao longo da última década, em 2021, apenas metade da população tinha usado esta tecnologia nessas interações.

# 17



**REFORÇAR  
MEIOS DE  
IMPLEMENTAÇÃO  
E REVITALIZAR  
PARCERIA  
GLOBAL PARA O  
DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL**

## Notas finais

Gerir bem exige medir melhor. É por isso que a construção de um quadro estável de indicadores, atualizado, comparável e territorializado é condição para sabermos onde estamos, para onde vamos e como devemos atuar. O percurso iniciado com o projeto REGIONS2030 e aprofundado em 2024 com o quadro de monitorização dos ODS da região Centro (110 indicadores, alinhados com o JRC e reforçados por fontes nacionais) transformou a monitorização numa plataforma de apoio à decisão que permite identificar assimetrias, priorizar intervenções e avaliar resultados com maior rigor e transparência.

A monitorização realizada este ano confirma uma maioria de tendências positivas, tanto no curto prazo, como desde 2015, sinal de uma consolidação estrutural do progresso. No entanto, em paralelo, subsistem indicadores em estagnação e com evolução negativa que pedem aceleração seletiva e melhor coordenação entre políticas públicas. Parte das dinâmicas recentes decorrem de condicionantes conjunturais, pressões de preços e energia, condições financeiras mais exigentes, reconfiguração de cadeias de valor e transições digital e climática, que tornam ainda mais relevante a integração dos ODS nos instrumentos de planeamento e financiamento.

A CCDR Centro continuará a orientar estratégias e recursos pela Agenda 2030, consolidando práticas já em curso, como a integração dos ODS em critérios de seleção de operações do Centro 2030, aplicação do princípio DNSH como salvaguarda horizontal, recurso ao Fundo para a Transição Justa no Médio Tejo, e dinamização de agendas temáticas que contribuem para o sucesso da implementação dos ODS na região, como a economia circular e o envelhecimento ativo e saudável. A capacitação de atores regionais, o trabalho em rede com as CIM e municípios e a participação em iniciativas europeias, como o projeto 2030CATALYSTS, permanecerão vetores-chave para escalar soluções e melhorar continuamente as ferramentas de monitorização e a coerência entre os instrumentos de política pública. Em síntese, a Agenda 2030 é a âncora que articula políticas, programas e orçamentos. O compromisso da região Centro passa por maximizar sinergias e mitigar *trade-offs* entre ODS, reforçar a coerência de políticas e o foco territorial, e manter um acompanhamento rigoroso e aberto dos resultados. Com este caminho, afirmamos uma trajetória de desenvolvimento mais justo, inclusivo e sustentável, fiel aos princípios de “reconstruir melhor” e de “não deixar ninguém, nem nenhum lugar, para trás.”

# ACRÓNIMOS



## Acrónimos

<b>AEA</b>	Agência Europeia do Ambiente
<b>ANEPC</b>	Autoridade Nacional de Proteção Civil
<b>APA</b>	Agência Portuguesa do Ambiente
<b>APAV</b>	Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
<b>CCDR Centro</b>	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Instituto Público
<b>Centro 2030</b>	Programa Regional do Centro 2021-2027
<b>CIM</b>	Comunidade Intermunicipal
<b>DGEEC</b>	Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência
<b>DGEG</b>	Direção-Geral de Energia e Geologia
<b>DGPJ</b>	Direção-Geral da Política de Justiça
<b>DGPM</b>	Direção-Geral de Política do Mar
<b>DNSH</b>	<i>Do no Significant Harm</i> (não prejudicar significativamente)
<b>Eurostat</b>	Gabinete de Estatística da União Europeia
<b>FTJ</b>	Fundo para a Transição Justa
<b>INE</b>	Instituto Nacional de Estatística
<b>IRN</b>	Instituto dos Registos e Notariado
<b>JRC</b>	<i>Joint Research Centre</i>
<b>MAI</b>	Ministério da Administração Interna
<b>MTSSS/GEP</b>	Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Proteção Social
<b>NUTS</b>	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
<b>OCDE</b>	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico
<b>ODS</b>	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
<b>PlanAPP</b>	Centro de Planeamento e Avaliação de Políticas Públicas
<b>Portugal 2030</b>	Acordo de Parceria estabelecido entre Portugal e a Comissão Europeia 2021-2027
<b>RIS3 do Centro</b>	Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Centro
<b>PRR</b>	Plano de Recuperação e Resiliência
<b>REPLAN</b>	Rede de Serviços de Planeamento e Prospetiva da Administração Pública
<b>RNDS</b>	Roteiro Nacional para o Desenvolvimento Sustentável
<b>TeSP</b>	Cursos Técnicos Superiores Profissionais
<b>UE</b>	União Europeia

